

---

---

# GESTÃO COSTEIRA INTEGRADA

---

---

Revista de Gestão Costeira Integrada  
para Países de Língua Portuguesa

---

---

#07.FASCÍCULO 2: ANO 06. 2007

---

---

<http://www.gci.inf.br/nova/>  
<http://www.aprh.pt/rgci/>



# Revista de Gestão Costeira Integrada

Número 7, fascículo 2

2007

[www.aprh.pt/rgci](http://www.aprh.pt/rgci)  
[www.gci.inf.br](http://www.gci.inf.br)

## Editores

J. Alveirinho Dias ([jdias@ualg.pt](mailto:jdias@ualg.pt))  
Marcus Polette ([mpolette@univali.br](mailto:mpolette@univali.br))  
J. Antunes do Carmo ([jsacarmo@dec.uc.pt](mailto:jsacarmo@dec.uc.pt))





## Índice

### Artigos

- Fernando Veloso Gomes 83 A Gestão da Zona Costeira Portuguesa
- Maria Christina B. Araújo  
Stella T. Souza  
Alessandra Carla O. Chagas  
Scheyla C. T. Barbosa  
Monica F. Costa 97 Análise da Ocupação Urbana das Praias de Pernambuco, Brasil  
*Analysis of Urban Occupation on Beaches in Pernambuco, Brazil*
- Joana Gaspar de Freitas 105 O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea:  
de espaço natural a território humanizado  
*The portuguese coast, images and transformations in the contemporary period: from  
natural space to humanized territory*
- O. H. Artaza-Barrios  
A. Schiavetti 117 Análise da Efetividade do Manejo de duas Áreas de Proteção Ambiental  
do Litoral Sul da Bahia  
*The management effectiveness of two protected areas in the south coast of Bahia State,  
Brazil*

## A Gestão da Zona Costeira Portuguesa

Fernando Veloso Gomes

*Faculdade Engenharia da Universidade do Porto*

---

### RESUMO

O artigo inclui as propostas que constam do Relatório “Bases para a Estratégia da Gestão Integrada das Zonas Costeiras”, elaborado para o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Este Relatório, apresentado em versão final em Junho de 2006, tem como autores Fernando Veloso Gomes (coordenador), Ana Barroco, Ana Ramos Pereira, Carlos Sousa Reis, Helena Calado, João Gomes Ferreira, Maria da Conceição Freitas, Manuel Biscoito. Apresenta-se um enquadramento do tema e uma discussão de conceitos. Destacam-se alguns problemas chave relacionados com a dinâmica fisiográfica e erosões, vulnerabilidades e riscos, mitigação de acções antrópicas e de riscos, destacando-se a necessidade de uma nova geração de Planos de Ordenamento e do reforço da investigação e monitorização. De uma forma sumária referem-se algumas iniciativas nacionais e internacionais sobre a Zona Costeira. Apresentam-se propostas de oito Princípios, nove Objectivos Fundamentais e trinta e sete Opções Estratégicas para a Gestão Integrada da Zona Costeira nacional. As Opções Estratégicas formuladas foram hierarquizadas de acordo com uma prioridade temporal, identificando a tipologia dominante das Medidas Associadas. Da análise das propostas detalhadas que foram formuladas surge um conjunto de medidas estruturantes, que se interligam e agregam diversas acções que reflectem o novo modelo de gestão integrada proposto para a Zona Costeira e que incluem a “Lei de Bases da Zona Costeira”, o “Sistema Organizativo”, o “Programa de Acção” e a “Monitorização”.

---

### ABSTRACT

*The article includes the proposals that integrate the Report “Basis for a National Strategy for Coastal Zone Management”, prepared for the Ministry of Environment, Territorial Planning and Regional Development. The Report, presented at its final version in June 2006, has as authors Fernando Veloso Gomes (coordinator), Ana Barroco, Ana Ramos Pereira, Carlos Sousa Reis, Helena Calado, João Gomes Ferreira, Maria da Conceição Freitas, Manuel Biscoito. One presents the subject scope and a discussion of some concepts. Some key problems concerning coastal dynamic and erosion, vulnerabilities and risks, human action and risk mitigation are distinguished. The need for a new generation of Territorial Plans and the reinforcement of research and monitoring is distinguished as well. The National and International Initiatives on Coastal Zones are described in brief. A set of eight Principles, nine Primary Objectives and thirty seven Strategic Options for the Integrated Management of the national Coastal Zone are formulated. The Strategic Options were set hierarchically according to their temporal priority, identifying the dominant type of the Associated Measures. From the analysis of this previous comes a set of Structural Measures, which intertwined and aggregate several actions, and reflect the new integrated model for Coastal Zone management which include the “Coastal Zone Law”, the “Institutional System”, the “Action Program” and the “Monitoring Program”.*

## 1. Enquadramento

O suporte biofísico da Zona Costeira portuguesa tem especificidades próprias de que são exemplos os estuários, os sistemas lagunares, as dunas, as arribas, as praias, o meio hídrico marinho e os sistemas insulares. Noutros países, os mangais, os recifes, as calotes de gelo constituem outros suportes biofísicos de importância considerável.

Existem ocupações, usos e actividades económicas muito importantes à escala nacional e local que se desenvolvem na Zona Costeira e que beneficiam dessas especificidades biofísicas. Destacam-se as infra-estruturas portuárias e os transportes marítimos, o turismo e as actividades balneares e de lazer, a náutica de recreio, as pescas, a apanha, a aquacultura e a salicultura, bem como a utilização de recursos minerais e energéticos.

A Zona Costeira tem uma importância estratégica em termos ambientais, económicos e sociais. A resolução e mitigação dos seus problemas assume essa mesma importância estratégica no âmbito de uma política de desenvolvimento sustentável, necessitando de ser enquadrada numa gestão integrada e coordenada destas áreas, através do reconhecimento:

- Da existência de diversos conflitos de interesses na zona costeira, com sistemas abertos, muito dinâmicos, complexos, heterogéneos, de interface, frágeis, com elevadas oportunidades sociais e económicas e, por conseguinte, fortemente polarizadores de actividades;
- Da necessidade de identificar plataformas de consenso;
- Da dificuldade em fazer previsões das evoluções a médio e longo prazo dos sistemas físicos, sociais e económicos, justificando a preparação de cenários e a combinação de cenários;
- Da necessidade e da dificuldade em considerar, com um nível geográfico muito alargado, as interacções terra – mar, a nível das Bacias Hidrográficas e do Oceano Atlântico;
- De um passado recente de instabilidade governamental, nomeadamente a nível da tutela do ambiente e do território, bem como da instabilidade das políticas e programas lançados e das dificuldades da sua concretização;

- Das acentuadas restrições socio-económicas que estarão presentes, pelo menos nos próximos anos, as quais poderão exigir propostas muito pragmáticas para concretizar objectivos que se desejam muito ambiciosos e de médio e longo termo;
- Da necessidade de uma intensa mobilização, participação e responsabilização da sociedade civil, não limitada a grupos de pressão com



Figura 1: As infra-estruturas portuárias são vitais para a economia do País. É necessário mitigar os impactes associados às dragagens e à existência de quebramares e canais.

interesses muito sectoriais, a atitudes pessimistas e a lógicas corporativas;

## 2. Conceito de Zona Costeira

Tendo em consideração a utilização, de modo indiferenciado, das designações de “litoral, costa, faixa costeira, faixa litoral, orla costeira, zona costeira, zona litoral, área/região costeira”, sem existência de um consenso quanto aos limites físicos dos seus sistemas naturais, dos sistemas socio-económicos e do sistema legal, o Grupo de Trabalho que elaborou as “Bases para a Estratégia da Gestão Integrada das Zonas Costeiras” adoptou os seguintes conceitos:

- *Litoral* – termo geral que descreve porções do território que são influenciadas directa e indirectamente pela proximidade do mar;
- *Zona costeira* – porção de território influenciada directa e indirectamente em termos biofísicos pelo mar (ondas,

*marés, ventos, biota ou salinidade) e que pode ter para o lado de terra largura tipicamente de ordem quilométrica e se estende, do lado do mar, até ao limite da plataforma continental;*

- *Orla costeira – porção do território onde o mar exerce directamente a sua acção, coadjuvado pela acção eólica, e que tipicamente se estende para o lado de terra por centenas de metros e se estende, do lado do mar, até à batimétrica dos 30 m (englobando a profundidade de fecho);*
- *Linha de costa – fronteira entre a terra e o mar; materializada pela intercepção do nível médio do mar com a zona terrestre.*

### 3. Alguns Problemas Chave

#### 3.1. Dinâmica Fisiográfica e Erosões

Nas faixas de baixa altitude e sem protecções naturais rochosas da Zona Costeira continental do território português existe uma situação generalizada de regressão ou recuo da “linha de costa”, verificando-se o agravamento dos fenómenos de erosão e a sua expansão para troços outrora não afectados (migração de praias para o interior, enfraquecimentos dos volumes acumulados nas praias e dunas).

As planícies costeiras baixas e arenosas com edificações são particularmente susceptíveis aos temporais (ocorrência simultânea de agitação marítima elevada, marés vivas e sobre elevação do nível do mar de origem meteorológica) e o saldo sedimentar inter anual é, na generalidade dos casos, negativo.

A previsão de recuos em anos horizonte de projecto, terá de ser encarada com muitos cuidados face à complexidade dos fenómenos físicos envolvidos, à capacidade de intervenção humana acelerando ou travando evoluções, ou à possibilidade



Figura 2: Erosões, galgamentos das dunas e risco de ruptura da restinga na Costa Nova - Vagueira

de se atingirem limiares não controláveis ou não previsíveis face ao actual estado de conhecimentos.

A uma escala geológica, as possíveis causas da regressão generalizada associam-se à subida generalizada do nível médio das águas do mar, a movimentos de neo-tectónica e a possíveis alterações meteorológicas. A variabilidade meteorológica está sempre presente e deverá ser considerada a escalas de tempo muito diversificadas.

As causas mais recentes são associáveis ao enfraquecimento das fontes aluvionares (alterações a nível das bacias hidrográficas, albufeiras e barragens, extracções de areias nos rios e estuários, e dragagens nos canais de navegação), à ocupação humana (sobre dunas, praias e arribas), à construção de quebramares portuários (Viana do Castelo, Aveiro, Figueira da Foz e Vila Moura), à implantação de esporões e de obras aderentes (com impactes de antecipação de fenómenos a sotamar) e à fragilização de dunas (terraplanagens, pisoteio, acessos às praias, parques de estacionamento, veículos motorizados e “cortes” de acesso para a arte xávega).

#### 3.2. Vulnerabilidades e Riscos

É vital o reconhecimento de que situações naturais altamente dinâmicas em zonas vulneráveis às acções do mar que no passado não suscitavam qualquer intervenção (nem existiam meios técnicos para o fazer) são actualmente contrariadas pelo tipo de ocupação do solo (construções em restingas, dunas,



Figura 3. Evolução e desaparecimento da restinga na Costa da Caparica / Cova do Vapor. Pressão urbana relativamente recente.

praias) e pelos usos (exploração portuária) que actualmente se verificam nessas zonas.

Os riscos para as populações e actividades humanas na Zona Costeira portuguesa estão também associados a desabamentos e deslizamentos de terra nas arribas. Estes fenómenos são particularmente críticos em grandes extensões das costas insulares portuguesas.

Existe a possibilidade de ocorrência de maremotos com efeitos potencialmente devastadores particularmente nas zonas de baixa altitude. São fenómenos raros e actualmente não previsíveis. A sua eventual ocorrência durante o dia e na época balnear teria as consequências mais graves a nível de perda de vidas.

As alterações climáticas a uma escala global previsivelmente conduzirão a um agravamento da ocorrência de fenómenos extremos e dos fenómenos de recuo da linha de costa em curso, com consequências ao nível do ordenamento, das intervenções de defesa (quando se justifique) e da contingência.

Destacam-se situações muito críticas, em termos de segurança, de diversas frentes edificadas em zonas vulneráveis, em risco de exposição às acções directas e indirectas do mar ou dependentes de estruturas de defesa costeira, nomeadamente: Molêdo do Minho, Amorosa a Castelo de Neiva, S. Bartolomeu do Mar / Ofir / Apúlia / Aguçadoura, Árvore a Mindelo, Granja / Espinho / Paramos, Praia de Esmoriz, Praia



Figura 4: Dique arenoso artificial colocado em situação de emergência face à rotura eminente do cordão dunar a sul da Vagueira.

de Cortegaça, Furadouro, Costa Nova e Vagueira, Cova do Vapor, Costa da Caparica e Ria Formosa.

As estruturas de defesa costeira transferem ou antecipam os problemas para sotamar, exigem manutenção periódica que não é efectuada por razões

financeiras, constituem intrusões paisagísticas e podem transmitir uma falsa sensação de estabilidade a longo prazo que encoraja a ocupação em zonas de risco.

Continua a existir uma polémica quanto à responsabilidade dos esporões e obras aderentes no agravamento das erosões na Orla Costeira, a Sul da sua implantação, bem como à artificialização que introduzem na paisagem. A necessidade de defesa dos núcleos urbanos mais expostos e a estabilização da linha de costa têm sido os principais argumentos a favor dessas obras.

Difícil será prever com fiabilidade qual seria a situação actual desses núcleos populacionais e quais as evoluções dinâmicas em toda a faixa costeira se não tivessem sido executadas essas estruturas de defesa. Estão em curso diversos fenómenos hidromorfológicos, com diversas intensidades, frequências e escalas temporais, e uma ocupação humana de zonas muito dinâmicas. A atribuição de grandes responsabilidades às estruturas de defesa costeira pelo que sucede actualmente em termos de erosão ignora essa realidade complexa e não tem sido acompanhada pela previsão, cientificamente sustentada, de qual seria a evolução morfodinâmica da costa na ausência dessas estruturas.

Em diversas situações o recuo da “linha de costa” verifica-se a barlamar e a sotamar das intervenções de defesa nas zonas urbanas, significando que o fenómeno tem uma amplitude preocupante e de difícil controlo. Só melhorando as capacidades de simulação



Figura 5: Artificialização e situações de risco nos aglomerados urbanos de Esmoriz e Cortegaça. Recuo da linha de costa a barlamar e a sotamar da frente edificada.

para diversos cenários será possível “isolar” os impactes negativos associadas às estruturas de defesa.

Diversas frentes urbanas edificadas não existiriam actualmente se essas obras não tivessem sido

construídas ou se tivessem sido removidas. A sua eventual remoção ou destruição pelo mar teria intensos reflexos sociais e políticos. As estruturas de defesa costeira (espórões e obras de defesa aderente) necessitam de manutenções periódicas, a levar a cabo preventivamente e por grupos de obras, face à dificuldade em estimar, obra a obra, os montantes das intervenções. A não realização de operações de manutenção, a enquadrar num regime jurídico realista para esta situação, implica o agravamento progressivo



Figura 6: Furadouro. Que modelo de expansão urbana? Retirada planeada?

da sua situação estrutural que pode levar à sua destruição ou ao seu não funcionamento.

Em ambientes marítimos muito energéticos, como é o caso da costa oeste portuguesa, as operações de alimentação artificial de praias podem ser completamente ineficazes se não forem realizadas em situações de contenção natural ou artificial da deriva da zona costeira, exigem recargas periódicas e têm impactes negativos locais a nível de turvação e banear.

### 3.3. Mitigação de Acções Antrópicas e de Riscos

Não é admissível que se continue a proceder à extracção de areias para a construção civil, nomeadamente nos rios e estuários, sem ter em consideração os impactos sobre a Zona Costeira. As dragagens de areias nos portos e nos canais de navegação por razões de segurança e operacionalidade terão de proceder à reposição total ou parcial dos sedimentos no sistema dinâmico a sotamar.

Por razões ambientais e defesa costeira, a conservação, reconstrução e estabilização das dunas, a sua protecção em relação às construções e ao pisoteio, bem como o seu repovoamento vegetal, são acções que podem e devem ser incentivadas e concretizadas pela administração regional, pelas autarquias e por grupos ambientais.

Foram efectuadas e são actualmente visíveis numerosas intervenções, através do fecho de acessos sobre as dunas, passadiços elevados ou pousados, ripados, povoamento e protecção da vegetação. As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, em colaboração com as autarquias, efectuaram trabalhos de mérito, os quais devem prosseguir em todos os sistemas dunares portugueses.

Existem dificuldades em reunir condições socio-económicas para proceder às intervenções e às retiradas planeadas de populações em risco, previstas nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, nomeadamente nos aglomerados de S. Bartolomeu do Mar, Pedrinhas, Cedovém, Paramos, Esmoriz, Cortegaça, Cova do Vapor e Ilha de Faro.

Foram elaboradas, para a Zona Costeira nacional, cartas preliminares de vulnerabilidade às acções directas e indirectas do mar sobre a Zona Costeira (incorrectamente denominadas “cartas de risco” do INAG).

Diversas metodologias e modelos estão a ser desenvolvidos, relacionados com vulnerabilidades e riscos. É importante melhorar os fundamentos científicos dessas metodologias e modelos, adquirir e integrar mais dados de campo e considerar diversos cenários climáticos, meteorológicos e de intervenções antropogénicas, de forma a elaborar previsões a médio e longo prazo essenciais para o ordenamento.

A elaboração de uma nova geração de cartas de vulnerabilidade e risco, de delimitação de zonas vulneráveis a acontecimentos extremos e de evolução da dinâmica costeira, exige um grande esforço e consenso da comunidade científica. Constitui um desafio a médio prazo.



Figura 7: Estruturas de defesa costeira em Espinho.

### 3.4. Uma Nova Geração de Planos de Ordenamento

Não são de aceitar soluções de expansão e densificação dos núcleos urbanos que ignorem a realidade de vulnerabilidade das zonas de implantação ao admitirem que a Administração Central proporcionará, sob o ponto de vista técnico e financeiro, obras de defesa do aglomerado em relação “às investidas do mar”. Os Planos Directores Municipais e os Planos de Pormenor terão de considerar a especificidade das situações à luz da problemática global do Litoral.

Com uma maior consciencialização dos responsáveis autárquicos e com o agravamento das situações de exposição das frentes urbanas existentes às acções do mar, foi possível adoptar modelos de não expansão das frentes edificadas ao longo da costa. Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOCs) consagraram estes modelos de não expansão. Mas continua a assistir-se a uma densificação do edificado nos aglomerados urbanos junto da costa, mesmo em situações de grande vulnerabilidade e risco às acções do mar e uma pressão para a construção de novos empreendimentos muitas vezes com a invocação de “direitos e expectativas adquiridos” nomeadamente a nível de Planos Municipais.



(Continuação Figura 7)

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira para os diversos troços do território continental português foram aprovados através dos seguintes diplomas: Cidadela – S. Julião da Barra (RCM n.º 123/1998 de 19 de Outubro, Declaração de Rectificação 22-H/98, de 30 de Novembro, vigência até 2008), Sines – Burgau (RCM n.º 152/1998 de 30 de Dezembro, vigência até 2008), Caminha – Espinho (RCM n.º 25/

1999 de 7 de Abril, vigência até 2009), Burgau – Vilamoura (RCM nº 33/1999 de 27 de Abril, vigência até 2009), Sado – Sines (RCM nº 136/1999 de 29 de Outubro, vigência até 2009), Ovar – Marinha Grande (RCM nº 142/2000 de 20 de Outubro, vigência até 2010), Alcobaça – Mafra (RCM nº 11/2002 de 17 de Janeiro, vigência até 2012), Sintra- Sado (RCM nº 86/2003 de 25 de Junho, vigência até 2013), Vilamoura – Vila Real de Sto. António (RCM nº 103/2005 de 27 de Junho, vigência até 2015).

Os POOCs Sintra – Sado, Sines – Burgau e Vilamoura – Vila Real de Sto. António, são da responsabilidade do ICN. Os restantes são da responsabilidade do INAG.

Na Região Autónoma dos Açores foram aprovados três Planos de Ordenamento da Orla Costeira: Ilha Terceira (DRR 1/2005/A de 15 de Fevereiro), Ilha S. Miguel troço Feteiras – Fenais da Luz - Lomba de S. Pedro (DRR 6/2005/A de 17 de Fevereiro), Ilha de S. Jorge (DRR 24/2005/A de 26 de Outubro). O POOC de S. Miguel Sul está concluído e os POOCs das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo estão numa fase avançada de elaboração.

As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs) elaboraram, em Novembro de 2005, documentos relativos aos principais problemas e constrangimentos detectados na aplicação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, bem como dados estatísticos relativos à sua execução.

É necessário preparar Planos de Ordenamento da Orla Costeira de segunda geração, incorporando os estuários e as zonas sob jurisdição das Administrações Portuárias.

É também necessário preparar Planos de Ordenamento mais adaptativos que num horizonte temporal mais alargado contemplem o previsível agravamento da ocorrência e intensidade das catástrofes (delimitação de “zonas adjacentes”, zonas com restrições à edificabilidade, zonas naturais “tampão”, localização “recuada” de infra-estruturas vitais, rede eficaz de pré - alertas, planos de evacuação e de contingência, responsabilização dos projectistas, promotores e autoridades licenciadoras pela segurança de novas edificações e empreendimentos, ...).

A Lei da Água (Lei 58/2005 de 29 de Dez.), transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2000/60/CE (Directiva Quadro Água), do Parlamento Europeu e do Conselho, estabelecendo

as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas. Este regime vem estabelecer as novas bases para a gestão sustentável das águas superficiais interiores, subterrâneas, de transição e costeiras. A Lei confere ao Instituto da Água (INAG) a condição de Autoridade Nacional da Água, como garante da política nacional da água, cometendo-lhe funções de planeamento nacional, coordenação e regulação. Consagra o princípio da gestão por Bacias Hidrográficas, prevê a criação de cinco Administrações de Região Hidrográfica (ARH), cujas sedes coincidem com as CCDR's e outras duas nas Regiões Autónomas, com funções de planeamento, licenciamento e de fiscalização. A sistematização e unificação de normas dispersas no ordenamento jurídico relativo à Titularidade dos Recursos Hídricos foi consagrada em diploma próprio (Lei 54/2005 de 15 Novembro).

### **3.5. Investigação e Monitorização**

É necessário continuar a investigar muitos aspectos de dinâmica costeira e a investir na monitorização das situações para que se aprofundem os conhecimentos necessários à compreensão dos fenómenos, à previsão das evoluções e à sustentação das intervenções a nível de ordenamento e de defesa costeira.

A comunidade científica e técnica continua a investigar muitos aspectos relacionados com a dinâmica costeira e a divulgar resultados em encontros nacionais e internacionais.

Foi lançado pelo Ministério com a tutela do Ambiente o estudo de um Programa de Monitorização da Zona Costeira. A generalidade da comunidade científica desconhece quais as propostas nele contidas. Possivelmente as capacidades institucionais e financeiras estão a atrasar o lançamento de tal Programa. Tem-se verificado a recolha de fotografias aéreas, levantamentos topográficos de algumas praias e outros importantes levantamentos de campo, executados por diversas entidades.

A nível de Monitorização, para além de iniciativas institucionais consolidadas sobre a qualidade das águas balneares, obtenção de fotografias ortogonais / fotogrametria da zona terrestre e de levantamentos hidrográficos nas zonas de interesse portuário, o panorama é preocupante. Nomeadamente existem carências muito graves e irreversíveis a nível de levantamentos topo-hidrográficos em zonas com uma elevada dinâmica sedimentar.

#### **4. Iniciativas Nacionais sobre Zonas Costeiras**

São muitas as iniciativas legislativas Nacionais sobre a Zona Costeira.

Cabe aqui uma referência sumária ao Regime Jurídico do Domínio Público Hídrico que remonta a 1864 e que na actualidade está alicerçado na Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos (Lei 54/2005 de 15 Novembro), ao Decreto-Lei N° 302/90, de 26 de Setembro que estabelece princípios a que devia obedecer a ocupação, uso e transformação da faixa costeira (então considerada como uma faixa com 2km de largura), ao Decreto-Lei N° 451/91, de 4 de Dezembro (Lei Orgânica) que transfere a jurisdição do Domínio Público Marítimo “sem interesse portuário” (até então sob a alçada da Direcção Geral de Portos, para o então recém - criado Ministério do Ambiente e Recursos Naturais).

Os Decretos-Lei N° 309/93, de 2 de Setembro e 218/94, de 20 de Agosto e a Portaria N° 767/96, de 30 de Dezembro, referem-se aos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, POOCs. A incidência territorial das acções de planeamento foi considerada numa faixa terrestre de protecção de 500 m para além da linha que delimita a margem e a uma faixa marítima de protecção até à batimétrica dos 30 metros. O Decreto-Lei N° 151/95, de 24 de Junho, regula a elaboração dos Planos Especiais de Ordenamento do Território. O Livro Branco da Política Marítimo – Portuária Rumo ao Século XXI (editado em 1997) pelo Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, a Resolução do Conselho de Ministros N° 86/98, de 10 de Julho (Programa Litoral - 1998) constituem outras iniciativas de relevo.

A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n° 48/98, de 11 de Agosto, Decreto-Lei n° 380/99, de 22 de Setembro), o Plano Nacional de Política do Território (PNPOT), o Programa FINISTERRA (criado através da Resolução do Conselho de Ministros N.° 22/2003 de 18-02-2003, que estabelecia um Programa de Intervenção na Orla Costeira Continental que visava a requalificação e reordenamento do litoral português, através da adopção de um conjunto integrado de medidas e intervenções estruturantes), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), o Projecto “Climate Change in Portugal (SIAM e SIAM II), os Planos de Bacia Hidrográfica (Decreto-Lei n° 45/94, de 22 de Fevereiro, concluídos e

aprovados para todo o território do continente português), o Plano Nacional da Água (PNA, aprovado pelo Decreto-Lei n° 112/2002, de 17 de Abril), o Memorando da Associação Nacional de Municípios Portugueses (2004 contempla propostas nas seguintes temáticas: Ambiente e Ordenamento do Território, Áreas Costeiras e Áreas Portuárias), o relatório O Oceano. Um Desígnio Nacional Para O Século XXI (Março de 2004) e os projectos TICOR e MONAE são outras iniciativas importantíssimas para a problemática da Zona Costeira.

A Lei da Água (Lei 58/2005, de 29 de Dezembro) e a Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos (Lei 54/2005, de 15 Novembro) transpõem para a ordem jurídica nacional a Directiva n° 2000/60/CE (Directiva Quadro Água), do Parlamento Europeu e do Conselho. O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II), o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2005 – 2007) constituem outros marcos relevantes.

#### **5. Iniciativas Internacionais sobre Zonas Costeiras**

A nível internacional e, em particular a nível europeu, destacam-se algumas das Convenções, Programas, Directivas e Recomendações, nomeadamente:

A Carta Europeia do Litoral (década de 80), a Agenda 21 (1992), a Convenção MARPOL (73/78), a Convenção OSPAR, o Acordo de Lisboa (1990), a Convenção sobre Biodiversidade, a Convenção de Berna sobre a Conservação da Vida Selvagem e Habitats Naturais na Europa, a Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha pela Deposição de Resíduos, a Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar (UNCLOS), o Protocolo de Kyoto, a Directiva Aves (1979/409/EEC), a Directiva sobre Águas Residuais Urbanas (91/271/EEC), a Directiva Habitat sobre a Conservação dos Habitats Naturais e da Fauna e Flora Selvagens (1992/43/EEC), a Política Comum da UE para as Pescas (CR 2371/2002/EC), as Directivas para os Portos (1995/21/EC e 2000/59/EC) e o Programa de Demonstração da Comissão Europeia sobre Gestão Integrada das Zonas Costeiras (1996-1999).

De salientar ainda o Relatório de Avaliação de 1999, da Agência Europeia do Ambiente, a

Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativamente à Gestão Integrada da Zona Costeira: Uma Estratégia para a Europa” (COM/2000/547, adoptada em Setembro de 2000), a Directiva Quadro da Água (2000/61/ECA), a recomendação 2002/539/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à Estratégia para a Protecção e Conservação do Ambiente Marinho, a Recomendação 2002/413/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2002, relativa à Execução da Gestão Integrada da Zona Costeira na Europa, a Recomendação 160/2005 do Conselho da Europa, que consubstancia a anterior, e o Projecto EUROSION da Comissão Europeia (2004).

Em Outubro de 2005 foi elaborada pela Comissão das Comunidades Europeias uma proposta “Establishing a Framework for Community Action in the Field of Marine Environmental Policy (Marine Strategic Directive)”. Foi também apresentada em 2005 uma Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu intitulada “Thematic Strategy on the Protection and Conservation of the Marine Environment” (SEC1290).

A Recomendação 2002/413/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2002, indica os seguintes princípios gerais da Gestão Integrada da Zona Costeira:

·Uma perspectiva geral ampla (temática e geográfica) que tenha em conta a interdependência e a disparidade dos sistemas naturais e das actividades humanas com impacto sobre as zonas costeiras;

·Uma perspectiva a longo prazo que tenha em conta o princípio da precaução e as necessidades das gerações actuais e futuras;

·Uma gestão adaptativa durante um processo gradual que facilite os ajustamentos em função da evolução dos problemas e dos conhecimentos. Tal implica a necessidade de uma base científica sólida no que se refere à evolução da zona costeira;

·A especificidade local e a grande diversidade das zonas costeiras europeias, que permita dar resposta às suas necessidades concretas com soluções específicas e medidas flexíveis;

·Trabalho com processos naturais e respeitando a capacidade dos ecossistemas, o que tornará as actividades humanas mais compatíveis com o ambiente, socialmente responsáveis e economicamente sólidas a longo prazo;

·Envolvimento de todas as partes interessadas

[parceiros económicos e sociais, organizações que representam os residentes de zonas costeiras, organizações não governamentais (ONG) e sector empresarial] no processo de gestão, por exemplo através de acordos e com base em responsabilidades partilhadas;

·Apoio e envolvimento de todas as entidades administrativas competentes a nível nacional, regional ou local, entre as quais se deverão estabelecer ou manter ligações adequadas de forma a melhorar a coordenação das várias políticas existentes. A parceria com e entre as autoridades regionais e locais deverá ser aplicada sempre que oportuno;

·Utilização de uma combinação de instrumentos concebidos para facilitar a coerência entre os objectivos políticos sectoriais e a coerência entre o planeamento e a gestão.

## **6. Princípios, Objectivos Fundamentais e Opções Estratégicas Propostos**

O Grupo de Trabalho que elaborou as “Bases para a Estratégia da Gestão Integrada das Zonas Costeiras” propôs que essa Estratégia observe nove Princípios Fundamentais: sustentabilidade e solidariedade intergeracional, coesão e equidade social, prevenção e precaução, abordagem sistémica, suporte científico e técnico, subsidiariedade, participação, co-responsabilização e operacionalidade.

Tendo presentes estes Princípios foram então propostos os seguinte oito Objectivos Fundamentais que integram um conjunto de trinta e sete Opções Estratégicas:

### **6.1. A Cooperação Internacional e Integração Comunitária**

- Incentivar a cooperação entre estados;
- Reforçar os mecanismos de resolução de questões transfronteiriças;
- Assegurar a Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC);
- Conceber mecanismos de avaliação e de reajustamentos das políticas comunitárias;
- Reforçar os mecanismos de integração e de articulação das políticas comunitárias à escala nacional;
- Afirmar a posição geo – estratégica nacional.

## **6.2. O Reforço e a Promoção da Articulação Institucional**

- Reformular o quadro jurídico integrando-o numa “Lei de Bases da Zona Costeira”;
- Consolidar numa entidade gestora nacional a coordenação e responsabilização da GIZC;
- Reorganizar o modelo de competências;
- Incrementar os mecanismos de cooperação institucional nacional;
- Constituir uma plataforma de diálogo e de integração de estratégias sectoriais nacionais.

## **6.3. A Conservação de Recursos e do Património Natural e Paisagístico**

- Integrar e valorizar o património natural e paisagístico;
- Garantir a integração dos valores patrimoniais na Rede Nacional de Conservação da Natureza;
- Compatibilizar a utilização da zona costeira com a conservação da natureza e os valores da paisagem.

## **6.4. A Qualificação da Zona Costeira e o Desenvolvimento Sustentável de Actividades e Usos Específicos**

- Qualificar as paisagens humanizadas, urbanas e rurais;
- Compatibilizar os usos e as actividades de fruição;
- Promover a integração na GIZC das zonas sob administração portuária, militar e dos sistemas lagunares e estuarinos;
- Desenvolver o transporte marítimo;
- Promover a sustentabilidade da pesca e das actividades conexas;
- Promover a gestão integrada dos recursos minerais;
- Intervir em áreas de qualificação prioritária;
- Incentivar a inovação no uso, na tecnologia de processos de intervenção e de exploração dos recursos.

## **6.5. A Minimização de Situações de Risco e de Impactos Ambientais, Sociais e Económicos**

- Intervir em áreas de risco associadas a fenómenos de origem natural e/ou humana;
- Salvar as áreas vulneráveis e de risco;
- Promover a análise de custo – benefício;

- Articular de forma unificada os corpos especializados de intervenção em situações de emergência.

## **6.6. A Concepção de Políticas Operacionais Integradas**

- Incluir uma visão prospectiva na política de ocupação e gestão;
- Garantir que as políticas operacionais incluam a articulação espacial;
- Rever e adaptar os instrumentos de gestão territorial e ambiental;
- Afectar fundos estruturais específicos e criar sistemas de incentivos.

## **6.7. A Promoção do Conhecimento e da Participação Pública**

- Fomentar o empenho e a responsabilização partilhada do cidadão;
- Incentivar a participação pública;
- Promover a investigação científica;
- Reformular e ampliar a aprendizagem nos diversos níveis de ensino.

## **6.8. A Avaliação Integrada de Políticas e de Instrumentos de Gestão**

- Assegurar a avaliação e a monitorização contínua;
- Controlar e monitorizar a aplicação das políticas integradas;
- Reforçar as acções de fiscalização.

## **7. A Estratégia a Curto e a Médio / Longo Prazo e o Conteúdo Programático**

Os Princípios e Objectivos Fundamentais que devem ser observados na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira nacional, bem como as Opções Estratégicas fundamentais identificadas para um adequado ordenamento, planeamento e gestão numa visão a vinte anos, implicam a concretização de um conjunto de Medidas a curto prazo em Domínios Prioritários, nos termos das opções estratégicas formuladas.

As Opções Estratégicas formuladas foram hierarquizadas de acordo com uma prioridade temporal, apresentadas sob a forma de uma tabela, identificando a tipologia dominante das Medidas Associadas, agregadas em:

- A Medidas jurídicas, institucionais e administrativas;
- B Medidas operativas e financeiras;
- C Medidas de reorientação dos recursos humanos.



Figura 8: Pressão urbana e operação de alimentação artificial de areias em Portimão.

Esta hierarquia visa a operacionalidade das Bases Estratégicas definidas, bem como as medidas e acções prioritárias necessárias à sua concretização, a qual resultou de uma análise matricial.

Tendo como objectivo explicitar as acções subjacentes às opções estratégicas prioritárias definidas, apresentou-se o seu Conteúdo Programático fundamental, o qual não é apresentado na presente comunicação.

## 8. Medidas Estruturantes

Da análise das propostas detalhadas que foram formuladas de Domínios e Acções Programáticas associadas às Opções Estratégicas, surge um conjunto de medidas estruturantes, que se interligam e agregam diversas acções, e que reflectem o novo modelo de gestão integrada proposto para a Zona Costeira.

Pela importância que assumem para a concretização das bases estratégicas importa destacar, designadamente: a “Lei de Bases da Zona Costeira”, o “Sistema Organizativo”, o “Programa de Acção” e a “Monitorização”.

### 8.1. A “Lei de Bases da Zona Costeira”

O desenvolvimento da Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) deverá ser alicerçado num novo quadro legislativo que, partindo

dos instrumentos actuais, sua articulação e integração, permita um novo regime de coordenação e sistema de planeamento.

Assim, a “Lei de Bases da Zona Costeira” deverá confirmar os princípios de gestão, estabelecer claramente os seus objectivos e explicitar os níveis e âmbitos territoriais de intervenção. Deverá ainda apresentar a redefinição de competências com a consolidação da entidade gestora nacional e a rede de relações institucionais consequente, incluindo a RNOC e o Observatório da Zona Costeira. A este documento deverá também ser atribuído o papel de uniformização dos critérios nacionais de intervenção na Zona Costeira garantindo os objectivos de sustentabilidade. Em particular, deverá resultar uma leitura clara da nova forma de operacionalização do Domínio Público.

Com o objectivo de harmonizar os interesses e estabelecer um sistema eficaz de gestão, a “Lei de Bases da Zona Costeira” deverá ainda incluir os princípios, objectivos, conteúdo material e documental de um Instrumento de Gestão Territorial (IGT) de carácter sectorial, que explicitará cenários e opções relativas à evolução da linha de costa, às grandes opções da Estratégia Integrada das Zonas Costeiras, bem como as diversas exigências complementares ao nível do planeamento.

De entre estas, importa destacar a metodologia de revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), planos para áreas sob jurisdição militar, portuária, sistemas lagunares e estuarinos, gestão de dragados, relação com os restantes IGT, sistemas de compensação, participação e monitorização.

### 8.2. O “Sistema Organizativo”

A nova forma de organização institucional deverá estar intrinsecamente ligada ao novo quadro legislativo, em simultâneo com a criação de redes e fóruns, fomentando formas mais abrangentes e expeditas de comunicação

A nova organização deverá funcionar como elemento integrador das diversas políticas comunitárias e aos diversos níveis territoriais nacionais. A circulação de informação de forma transversal em todas as actuações da administração, bem como a sua efectiva integração nas acções de gestão, deverá ser prosseguida através de mecanismos de participação a coordenar por uma entidade gestora nacional.

Esta entidade, a definir na “Lei de Bases da Zona Costeira”, deverá também clarificar as acções de monitorização, acesso à informação, fiscalização e mecanismos de retroacção.

### 8.3. O “Programa de Acção”

Considera-se que a definição de intervenções de qualificação do território que resultem dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, em especial as que envolvem situações de risco para pessoas e bens, bem como as que exijam uma articulação institucional complexa ou, ainda, as que possam ter um carácter demonstrativo de qualificação das zonas costeiras devem ser eleitas como intervenções prioritárias.

Estas situações deverão ser ponderadas, através de mecanismos de análise multifactorial. De igual forma deverão ser equacionadas as especificidades da zona costeira das Regiões Continental e Insular, nas suas vertentes de variabilidade biofísica, situações de maior gravidade de recuo da linha de costa, índices de ocupação e actividades socio-económicas.

A necessidade de conceber a curto prazo um “Programa de Acção” que fomente a criação dos mecanismos necessários à concretização de intervenções que promovam a qualificação da zona costeira, de forma exemplar e diversificada, respondendo a situações prementes, bem como contribuindo para um novo impulso demonstrativo de uma nova visão sobre as zonas costeiras, emerge como um desígnio das bases estratégicas da Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional.

Neste contexto, considera-se que a prossecução deste objectivo pode passar pela compatibilização da gestão atribuída às entidades que tenham a seu cargo a administração local da zona costeira respectiva. Em consequência, as Regiões Autónomas deveriam, face ao seu Estatuto Político Administrativo, envidar esforços no sentido de se conseguir uma abordagem coerente à escala nacional.

Neste processo deverá ser contemplado o reforço do conhecimento técnico-científico, o incremento da participação pública, e da revisão e adequação do quadro legal, incluindo a problemática das Áreas de jurisdição Portuária e do Domínio Público Marítimo.

### 8.4. A “Monitorização”

As acções de monitorização deverão assumir um papel relevante no sentido de assegurar que as

políticas de gestão sejam as mais apropriadas e que as intervenções tenham os efeitos previstos / esperados. A monitorização deverá permitir detectar com eficiência o sucesso ou insucesso das acções de planeamento, medir as alterações dos sistemas em questão e permitir responder em tempo útil a situações imprevistas.

Embora a monitorização de parâmetros biofísicos seja fundamental, há que considerar a monitorização numa perspectiva global de gestão, nos seus elementos fundamentais e também dos programas / projectos e acções desencadeados. A monitorização da Estratégia de GIZC a estabelecer deverá versar aspectos diferentes mas complementares:

- Monitorização de parâmetros ambientais – prendem-se com as características intrínsecas biológicas, físico-químicas e microbiológicas dos ecossistemas presentes;
- Monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial – na observação da aderência das propostas ao sistema real;
- Monitorização de políticas, programas / projectos e acções – no estabelecimento de índices de avaliação do modelo sustentável e de desenvolvimento pretendido.

Em relação à monitorização de parâmetros ambientais, salienta-se a existência de propostas contidas nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e nos Planos de Bacia Hidrográfica, a monitorização das Zonas Balneares, o Plano Nacional de Monitorização da Zona Costeira (com uma componente de fisiografia e morfologia que é necessário divulgar e avaliar), e as recentes propostas do projecto MONAE com as linhas de orientação da monitorização de qualidade da água e ecologia da zona costeira.

Através da monitorização de um conjunto de parâmetros (sistema de indicadores), é possível adquirir informação para adequar as respectivas acções no âmbito do processo de planeamento, permitindo uma intervenção atempada, de acordo com a sua necessidade de alteração, correcção, revisão ou mesmo suspensão, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Desta forma, será possível determinar o nível de adequação das políticas à mutabilidade dos sistemas.



Figura 9: Empreendimento turístico em Vale do Lobo.

## **9. Considerações finais**

A discussão e as propostas que se apresentam resultam de um intenso trabalho e reflexões de uma equipa multidisciplinar que muito beneficiou de uma longa experiência acumulada e da leitura atenta de muitos trabalhos publicados pela comunidade técnica e científica.

A capacidade de implementação e concretização de Programas e Políticas institucionais sobre a Zona Costeira em Portugal tem sido manifestamente insuficiente face aos enormes desafios com que a sociedade e as comunidades locais são confrontadas.

Se não for aproveitada a presente oportunidade para o poder político aprovar e lançar uma Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira portuguesa, a qual manifestamente ultrapassa o âmbito de um ministério, poderá ser demasiado tarde para auspiciar uma sustentabilidade.

## **Bibliografia**

Fernando Veloso Gomes, Ana Barroco, Ana Ramos Pereira, Carlos Sousa Reis, Helena Calado, João Gomes Ferreira, Maria da Conceição Freitas, Manuel Biscoito (2006). Bases para a Estratégia da Gestão Integrada das Zonas Costeiras. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.



## Análise da Ocupação Urbana das Praias de Pernambuco, Brasil

### Analysis of Urban Occupation on Beaches in Pernambuco, Brazil

Maria Christina B. Araújo<sup>1</sup>, Stella T. Souza, Alessandra Carla O. Chagas, Scheyla C. T. Barbosa, Monica F. Costa<sup>2</sup>

*Laboratório de Ecologia e Gerenciamento de Ecossistemas Estuarinos e Costeiros  
Departamento de Oceanografia da UFPE<sup>3</sup>*

---

#### RESUMO

A zona costeira do Estado de Pernambuco, Brasil, compreende uma faixa de 187 km de extensão na qual se concentram 44% da população. O litoral é dividido em três setores: Norte, Metropolitano e Sul. O presente estudo realizou através de caminhamento, a identificação e demarcação georreferenciada dos trechos do litoral com relação à presença de ocupação urbana, observando-se a presença, ou não, de edificações no ambiente praiial. Os trechos de praias de cada setor (Norte, Metropolitano e Sul) foram classificados em três graus de ocupação ou intervenção, de acordo com os seguintes critérios: ausência de ocupação da pós-praia; ocupação da pós-praia; e ocupação concomitante da pós-praia e da praia (estirâncio). Esses graus são acumulativos visto que, quando há ocupação na praia, infere-se que a pós-praia também já se encontra ocupada. As informações foram plotadas em cartas da SUDENE (1:25000) e posteriormente foi calculado o percentual da extensão total do litoral com ocupação na praia e na pós-praia e em cada setor (Norte, Metropolitano e Sul). Foram registradas: ausência de ocupações no ambiente praiial em 134,9 km (72,1% da costa), ocupação da pós-praia em 13,4 km (7,1% da costa) e ocupação concomitante da pós-praia e da praia (estirâncio) em 38,6km (20,6% da costa). Nesses trechos, o ambiente praiial se encontra comprometido, principalmente, pela presença de edificações ou estruturas rígidas que visam conter a erosão marinha. Geralmente essas estruturas são do tipo espigões, enrocamentos aderentes e quebra-mares. O setor Metropolitano é o mais fortemente ocupado, seguido pelos setores Norte e Sul respectivamente. Para estes últimos em 75% da costa não existe ocupação da pós-praia. Embora grande parte do litoral ainda se mantenha de certa forma livre dos problemas aqui descritos, a especulação imobiliária e a desinformação da população, serão fatores determinantes na mudança desse quadro. Em um curto espaço de tempo, se nenhuma medida preventiva for tomada, a fim de se poupar danos tanto econômicos quanto ambientais, o litoral de Pernambuco, estará severamente comprometido.

**Palavras-chave:** intervenção humana em praias; erosão costeira.

---

<sup>1</sup> [mbaraujo@yahoo.com.br](mailto:mbaraujo@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> [mfc@ufpe.br](mailto:mfc@ufpe.br)

<sup>3</sup> Laboratório de Ecologia e Gerenciamento de Ecossistemas Estuarinos e Costeiro, Departamento de Oceanografia, UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, Av. Arquitetura s/n, Recife, Pernambuco, Brasil, CEP: 50740 550

## ABSTRACT

The coast of Pernambuco State has 187 km of length and concentrates about 44% of its population. According to GERCO-PE the 21 municipalities can be divided in three sectors: North, Metropolitan and South. Along the coast of Pernambuco, the occupation of the backshore and foreshore is frequently observed. In some stretches there have been interventions, made by the public sector, for control of coastal erosion. The present work aimed to make a survey of the conditions of occupation of beaches in Pernambuco. The presence of constructions and/or hard structures at the backshore and foreshore areas were marked with a GPS (north and south ends), specially along stretches where the occupation was disordered. The studied area was walked in May 2003 observing the presence, or not, of occupation on the beach. The stretches of beaches of each sector (North, Metropolitan and South) were classed into three degrees of occupation, or intervention, following the criteria: absence of occupation on the backshore; occupation on the backshore; and concomitant occupation of the backshore and foreshore. These degrees are cumulative since, when there is occupation on the foreshore, it is inferred that the backshore is also already taken. The types of occupations found were: constructions, seawalls, seawalls with wired cages, cemented wall, sand bags and others. The information was plotted on a map (SUDENE 1:25000) and the percentage of the total extension of the coast presenting occupations or hard structures on the backshore and foreshore at each sector was calculated. The percentages of occupation (extension in km) show that almost 3/4 of the coast (72,1%) does not present occupation on the backshore. The remaining 1/4 presents occupation of the backshore (7,1%) and concomitant occupation of the backshore and foreshore (20,6%). In these stretches, the beach environment is compromised mainly for the presence of constructions or hard structures aimed to control sea erosion. Along the coast a great variety of structures used to control sea erosion was observed. Generally, these structures are of the type adherent ridges, seawalls and spits. Of these structures, two (sand bags and gabions), cause the worse aesthetic and environmental damages. The bags easily spread on the beach. And with the gabion the problem is the lose wires. When unbroken, it functions as a net, imprisoning great amounts of solid wastes; when broken it becomes a risk for beach users. Sectors North and South were the ones that presented the lesser levels of occupation when the total extension is considered: at ~75% of the coast, the occupation on the backshore is absent. These sectors still present stretches with well preserved native dune vegetation. However, such areas, for a question of proximity with the capital, will soon be occupied, as a consequence of the intense search of beach areas for housing and holidays observed in the last years. The construction of houses, and structures to protect them at improper areas, has been shown to be unsustainable. The coast of Pernambuco presents a situation where it is necessary to implement both preventive and corrective actions, in order to promote adequate use and occupation (or not) of the beach environments. Although a large part of the coast still remains free from the problems described here, the estate building interests will be the determinant factor of the change of this situation. In a short space of time, if no preventive actions take place, the coast of Pernambuco, will be severely compromised.

**Keywords:** human intervention on beaches; coastal erosion.

## 1. Introdução

Historicamente, os 7.408 km do litoral brasileiro foram povoados de acordo com um padrão descontínuo, onde se identificam zonas de adensamento, preferencialmente em torno de estuários. Nos 17 estados costeiros, a ocupação da zona litorânea no entorno das regiões metropolitanas é superior à média estadual (Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União, 1996; IBGE, 2000 - [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

Esses núcleos são até hoje entremeados por vastas porções não ocupadas, ou que vêm sendo apenas recentemente ocupadas. O crescimento populacional acelerado do litoral nas frentes oceânicas se dá principalmente pela ocupação das praias, inicialmente para veraneio e posteriormente para moradia fixa (Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União, 1996). A falta de planejamento e

infra-estrutura nessas áreas implica em um crescente aumento da degradação desses ambientes, trazendo perdas econômicas e ambientais (Pereira *et al.*, 2003).

No Nordeste do país, as áreas onde ocorre ocupação urbana (residências, calçadões, casas de veraneio, quiosques, e outras edificações), são aquelas onde existe maior valorização econômica do trecho devido a uma série de fatores naturais e sociais os quais atraíram um grande número de pessoas.

A Zona Costeira do Estado de Pernambuco tem 187 km de extensão (Figura 1). Abrange 21 municípios (Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União, 1996) e, é o mais importante aglomerado populacional do Estado, concentrando 44% de sua população. Esta região possui densidade populacional >900 hab.km<sup>-2</sup> (Costa e Souza, 2002).

De acordo com o Programa de Gerenciamento Costeiro de Pernambuco - GERCO-PE

(www.cprh.pe.gov.br) os municípios da Zona Costeira Pernambucana encontram-se agrupados em três setores: NORTE (Goiana, Itamaracá, Igarassu, Abreu e Lima, Paulista, Itapissuma e Itaquitinga), METROPOLITANO (Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata, Camaragibe e Moreno) e SUL (Cabo de Sto. Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande).

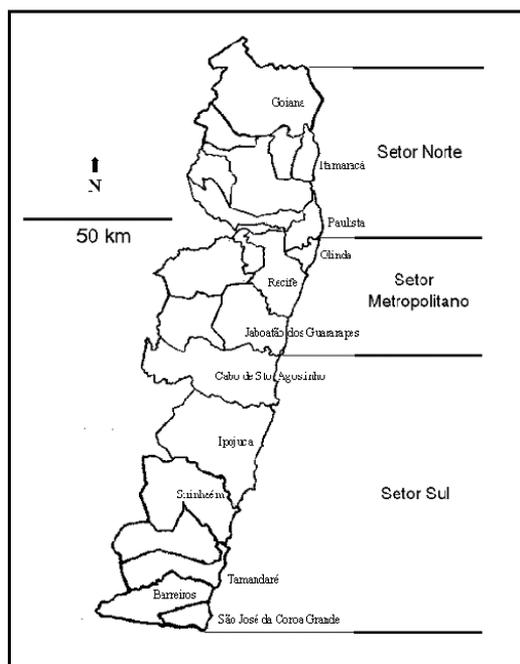
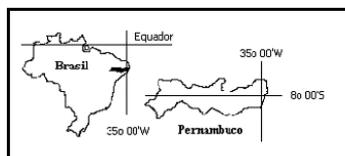


Figura 1. Mapa do litoral de Pernambuco, com a subdivisão (setores Norte, Metropolitano e Sul), proposta pelo GERCO-PE (www.cprh.pe.gov.br).

O litoral de Pernambuco possui 12 estuários de pequeno e médio porte e aproximadamente 60 praias, todas com potencial para o uso de lazer. As praias são, em sua maior parte, protegidas por cordões de arenito (*beachrocks*) paralelos à costa (Dominguez *et al.*, 1990). Esses cordões compõem um conjunto paisagístico único, onde se desenvolveram comunidades recifais de grande importância para a pesca, para a proteção da costa e para o turismo do estado.

O estado apresenta ao longo de seu litoral, trechos vulneráveis a erosão costeira (Gregório *et al.*, 2004). Esse fenômeno pode ser resultado da combinação de diversos fatores. O aporte sedimentar para as praias é deficiente devido à ausência de grandes rios; a plataforma continental é estreita e dificulta o armazenamento de sedimentos para remobilização; os cordões de arenito submersos na plataforma dificultam a remobilização de sedimentos; a ocupação desordenada do ambiente praias imobiliza as dunas e dificulta a reconstrução das praias no período de verão. A contribuição relativa de cada um desses fatores é pouco conhecida. No entanto, sabe-se que a ocupação do ambiente praias por edificações ou outras estruturas dificulta a sedimentação, impedindo a manutenção do equilíbrio sedimentar natural de cada praia. A erosão por sua vez, reduz o valor das propriedades ameaçadas, já que a largura da praia tem influência direta no preço das propriedades à beira-mar (Esteves & Santos, 2001)

No litoral pernambucano, observa-se com frequência a ocupação da pós-praia e da praia (estirâncio). O problema da erosão no estado tem merecido atenção de alguns setores do poder público e a população atingida, que tem adotado medidas emergenciais e descontínuas, na maioria das vezes pouco eficazes (Lira, 1997). Em alguns trechos houve forte intervenção pública para controle da erosão costeira, como nos municípios de Paulista, Olinda, Recife e Jaboatão dos Guararapes, todos na Região Metropolitana da Grande Recife.

O presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento georreferenciado das condições de ocupação das praias de Pernambuco. Foi demarcada a presença de edificações e/ou estruturas de contenção nas áreas de pós-praia e da praia (estirâncio), nos trechos em que a ocupação se dá de forma desordenada. Também foram identificadas as áreas ainda conservadas.

## 2. Material e Métodos

Foi realizado o caminhamento das praias do litoral em maio de 2003, nas duas horas antes e nas duas horas após a maré baixa, observando-se a presença, ou não, de ocupação no ambiente praias (Figura 2). Os trechos de praias de cada setor (Norte, Metropolitano e Sul) foram classificados em três graus de ocupação ou intervenção, de acordo com os seguintes critérios: ausência de ocupação na pós-praia;

ocupação da pós-praia; e ocupação concomitante da pós-praia e da praia (estirâncio). Esses graus são acumulativos visto que, quando há ocupação na praia, infere-se que a pós-praia também já se encontra ocupada. Os trechos (início e fim), foram georreferenciados com GPS Garmin 12.



Figura 2. Compartimentação geomorfológica do ambiente praial.

*Geomorphological compartments of the beach environment.*

As informações foram plotadas em cartas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1:25000) e posteriormente foi calculado o percentual da extensão total do litoral apresentando ocupação na praia e na pós-praia e em cada setor (Norte, Metropolitano e Sul).

### 3. Resultados e Discussão

Os percentuais de ocupação (extensão em km) calculados (Tabela 1), mostram que quase 3/4 do litoral de Pernambuco (72,1%) não apresentam ocupação no ambiente praial. O outro 1/4 restante apresenta tanto ocupação da pós-praia (7,1%) como ocupação concomitante da pós-praia e da praia

(20,6%). Nesses trechos, o ambiente praial se encontra comprometido, principalmente, pela presença de edificações ou estruturas rígidas que visam conter a erosão marinha. Foi observada uma grande variedade de estruturas utilizadas para proteção das propriedades e contenção da erosão: muros cimentados, muros construídos com pneus, muros construídos com sacos de areia, enrocamentos aderentes, espigões, gabiões e molhes. Dessas estruturas, pôde-se observar que duas; sacos de areia e gabiões; são as mais problemáticas. Os sacos (normalmente de fibras plásticas) se rompem facilmente espalhando-se pela praia. Já com o gabião o problema é o arame. Quando intacto, funciona como uma rede, aprisionando grandes quantidades de lixo; e quando se rompe, torna-se um risco para frequentadores.

Em alguns trechos, principalmente no setor Metropolitano (praia de Bairro Novo, Olinda), foi realizado o engordamento da praia, seja por colocação de areia ou por deposição natural após a colocação de alguma estrutura em granito (*boulders*) (Pereira *et al.*, 2003).

Cada setor do litoral pernambucano, quando analisado separadamente, apresenta características diferentes. As praias do setor Norte apresentam ocupação (cerca de 60%) predominantemente de residências e casas de veraneio. Já as praias do setor Metropolitano são ocupadas (100%) por obras públicas e residências. Finalmente, as praias do setor Sul são ocupadas (cerca de 40%) principalmente por casas de veraneio. Esse tipo de ocupação pode ser apontado como o fator numericamente mais expressivo da urbanização litorânea, pois ocorre ao longo de toda a costa e se mantém mesmo em

Tabela 1. Percentual de ocupação por edificações e/ou obras de contenção nos três setores do litoral de Pernambuco, considerando-se apenas os municípios litorâneos de cada setor.

*Percentage of occupation with constructions and/or hard structures in the three sectors of the Pernambuco coast, considering only the coastal municipalities of each sector.*

Setores	Extensão (km)	% do litoral	Ausência de ocupação na pós-praia (%)	Ocupação da pós-praia (%)	Ocupação concomitante da pós-praia e da praia (%)
<b>Norte</b>	58	31,0	79,1	5,6	15,3
<b>Metropolitano</b>	42	22,5	49,0	4,0	47,0
<b>Sul</b>	87	46,5	78,7	9,7	11,6
<b>Total</b>	187	100	72,1	7,13	20,63

períodos de crise da construção civil (Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União, 1996).

Os setores Norte (Figura 3A) e Sul (Figura 3C) são relativamente melhor preservados e os principais responsáveis pelo percentual de 72,1% de extensão de litoral com ausência de ocupação irregular. O Setor Metropolitano (Figura 3B) destaca-se por ser mais severamente ocupado.

### O Setor Norte

As praias do Setor Norte tiveram seu período de maior desenvolvimento urbano durante a década de 1990. Este Setor do litoral não apresenta grandes obras públicas de contenção da erosão costeira. No entanto, muitas propriedades privadas tiveram que ser protegidas por estruturas rígidas devido à ocupação desordenada ocorrida naquele período. Sendo assim, são encontrados principalmente residências e casas

de veraneio, com muros cimentados.

Neste setor, as áreas mais afetadas correspondem às praias de Pontas de Pedra (no município de Goiana), praia do Pilar, (na Ilha de Itamaracá), Marinha Farinha e Janga (em Paulista) (Figura 3A).

### 4. O Setor Metropolitano

Em 22,5% do litoral de Pernambuco, correspondente ao Setor Metropolitano, ocorre metade da ocupação do ambiente praial (Tabela 1). Até a década de 1970, as praias do Setor Metropolitano ainda eram utilizadas para veraneio, sendo ocupadas principalmente por segundas residências. Desde então a função dessas áreas passou a ser residencial, e observou-se a gradual substituição das casas por prédios residenciais e hotéis. Assim, este setor é predominantemente urbano e de residências permanentes. Neste trecho do litoral predominam as

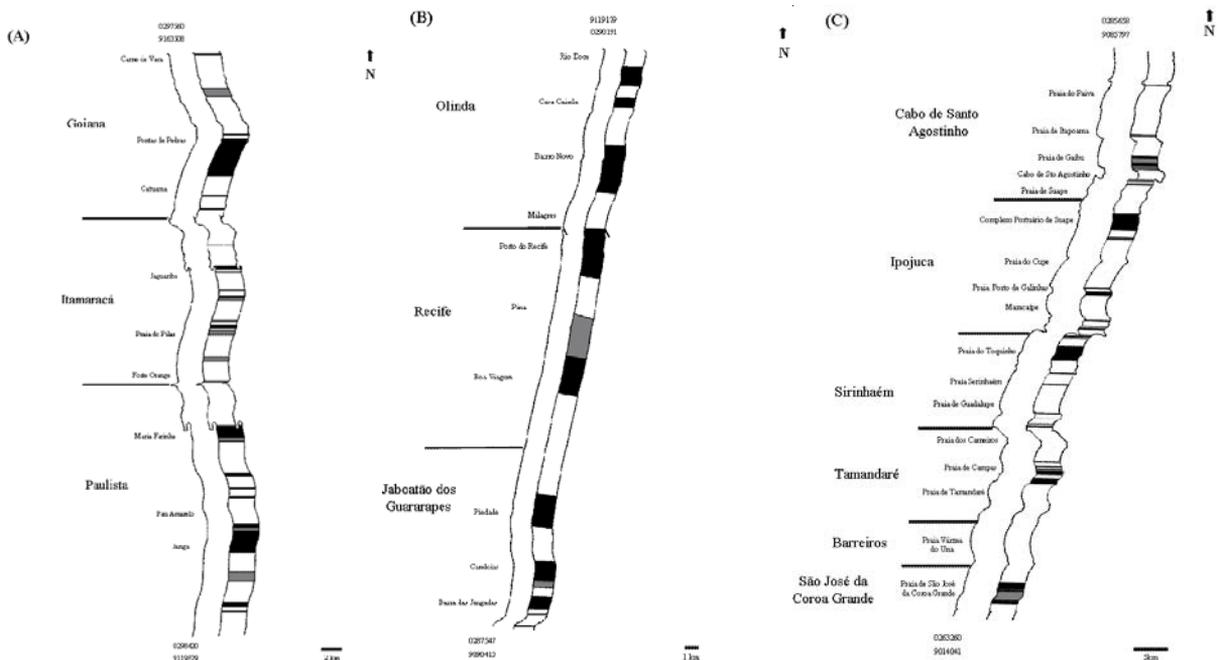


Figura 3. Mapa do litoral de Pernambuco com a classificação das praias de cada setor. (A: Setor Norte; B: Setor Metropolitano; C: Setor Sul), quanto à localização das edificações e/ou obras de contenção contra erosão. **Trechos em branco:** Ausência de ocupação na pós-praia; **Trechos em Cinza:** Ocupação na pós-praia; **Trechos em Preto:** Ocupação concomitante da pós-praia e da praia.

Map of Pernambuco coast with classification of the beach sectors according to localization of constructions and/or hard structures for control of coastal erosion. White stretches: Absence of occupation on backshore; Gray stretches: occupation on backshore; Black stretches: concomitant occupation on backshore and foreshore..

categorias de intervenção do tipo enrocamento e molhe com enrocamento.

Grande parte do Setor Metropolitano é, historicamente, ocupada pelo Porto do Recife (cerca de 4km). Mais da metade das praias da região metropolitana apresenta áreas construídas que se estendem até o estirâncio. O elevado percentual de ocupação da praia (Tabela 1), principalmente por residências fixas e/ou obras de contenção, é decorrência do fato, desse setor, concentrar as maiores aglomerações urbanas do estado, inseridas em cidades de grande porte (Olinda, Recife e Jaboatão dos Guararapes). Os trechos mais críticos corresponderam às praias de Olinda, onde foram construídos 38 diques com intervalos de 50m e Boa Viagem, que apresenta um trecho de enrocamento de quase 3 km (Figura 3B).

O município de Olinda apresentou a pior situação em termos de ocupação do ambiente praias, porque é quase totalmente ocupado por grandes obras públicas de contenção da erosão costeira. As poucas praias existentes no município são produtos do engordamento artificial (Pereira *et al.*, 2003).

## O Setor Sul

Na década de 1980, Tamandaré, no Setor Sul do Litoral Pernambucano, foi o município que mais desenvolveu a atividade de veraneio, tendo suas praias ocupadas por casas e mais tarde muros de contenção da erosão costeira. Mais recentemente, (anos 2000), o município de Ipojuca, principalmente a vila de Porto de Galinhas, foi o maior alvo da especulação imobiliária do Estado.

Este setor não possui grandes obras públicas de contenção da erosão costeira. Assim como no Setor Norte, a maioria da ocupação do ambiente praias se dá através da atividade de veraneio. Cerca de 3km do setor é ocupado pelo Porto de Suape, formado por grandes enrocamentos que barram os estuários dos rios Tatuoca, Massangana, Ipojuca e Merepe.

Os trechos que apresentaram as áreas mais críticas foram observados nas praias de Porto de Galinhas (Ipojuca), Toquinho (Sirinhaém), Campas (Tamandaré) e em São José da Coroa Grande, localizada no município do mesmo nome (Figura 3C).

A ocupação irregular observada em alguns trechos do litoral pernambucano é semelhante ao que ocorre em outras praias no mundo e no Brasil. Na Espanha, em muitos locais, a urbanização não deixou espaço

suficiente para a dinâmica costeira, acarretando prejuízos ambientais, comerciais e recreacionais (Doody, 2001). Em Barcelona, por exemplo, alguns trechos de praias tornaram-se inacessíveis ao público devido à existência de uma grande quantidade de infra-estruturas privadas em decorrência do crescimento populacional e do turismo a partir de 1960 (Breton *et al.*, 1996). Na Itália, cerca de 1100 km da costa, de um total de 7500 km, estão em erosão devido a vários fatores nos quais se inclui a construção indevida de obras (Viles & Spencer, 1995). Nos Estados Unidos, a principal ameaça às praias é a presença de residências, estradas e outras construções que bloqueiam o suprimento de areia ao longo da praia (Daniel, 2001).

No Brasil não é diferente. Segundo Tessler & Goya (2005), as intervenções mais frequentes encontradas no litoral brasileiro estão relacionadas ao uso e ocupação do solo ou, mais diretamente, à construção de infra-estrutura urbana, como ruas, calçadas e residências em regiões ainda sob ação do mar. Ainda segundo os autores, o impacto mais pronunciado e facilmente verificado na costa brasileira é a construção de obras rígidas de engenharia que alteram ou até retêm a deriva litorânea de sedimentos arenosos.

No litoral centro-norte catarinense, a urbanização desordenada e a inadequação de políticas públicas urbanas têm levado à intensificação dos processos erosivos costeiros, provocando a construção de estruturas para mitigar seus efeitos, resultando no agravamento do problema e no colapso das estruturas (Esteves, 2001). Na praia de Hermenegildo no Rio Grande do Sul, a urbanização (especialmente casas de veraneio) ocorreu sobre as dunas frontais. Desde então, obras de contenção têm sido construídas com intuito de proteger as propriedades ameaçadas. Essas estruturas (principalmente enrocamentos e muros de contenção), foram construídas em frente à escarpa das dunas (Esteves & Santos, 2001).

Para evitar a construção irregular de edificações na costa, torna-se importante a definição de critérios para a fixação de limites. De acordo com Souza (2004), esses limites devem estar de acordo com a legislação, a fim de orientar ações de controle e restrição de atividades que venham alterar negativamente as características ambientais, estéticas e de acesso à orla. Um bom exemplo, segundo a autora, é o caso da Turquia. O governo fixou uma largura mínima de 50 m, após o limite da praia, na qual não é permitido o estabelecimento de construções. Uma segunda faixa, mais interiorizada, é destinada à circulação e obras de

saneamento, infra-estrutura, recreação e turismo. No total, a faixa de segurança é igual ou superior a 100 m medidos a partir do contato da berma com a área estável, geralmente vegetada, não incluída no perfil dinâmico da praia.

A definição desse limite é, no entanto, bastante variável. Colômbia, Costa Rica, Indonésia e Venezuela adotam 50 m. França, Noruega, Suécia adotam 100 m. Espanha de 100 a 200. Uruguai adota 250 (Muehe, 2001).

Comparado a outros países, o Brasil estaria aderindo a uma tendência que é a fixação de faixas de restrição para edificações. A legislação brasileira (Lei 7.661/88) que instituiu o Gerenciamento Costeiro determina que o limite mínimo para a ocupação deve ser de 50 m contados a partir da preamar da maré de sizígia para a região, ou das dunas, quando existirem (Souza, 2004).

## Conclusões

Em ~75% do litoral a ocupação se dá além da pós-praia, ou está completamente ausente. Estes setores ainda apresentam trechos com vegetação nativa bem conservada. No entanto, tais áreas, por uma questão de proximidade com a capital, serão ocupadas no futuro próximo, como consequência da intensa procura por áreas litorâneas, para moradia e temporada observada nos últimos anos.

A construção de edificações e de obras de contenção para protegê-las em áreas impróprias, como no ambiente praial, tem se mostrado uma atividade economicamente inviável. Tanto proprietários, quanto o Estado e municípios gastam parte da arrecadação tentando solucionar problemas de erosão costeira que afetam as obras construídas em locais indevidos. A construção dessas obras na pós-praia e na praia altera a dinâmica sedimentar, e compromete seriamente a estética da área, interferindo na sua beleza cênica, e portanto, no seu valor econômico e sócio-cultural.

O litoral de Pernambuco apresenta situações em que são necessárias ações tanto corretivas quanto preventivas (como o estabelecimento de limites para construção), no sentido de promover uma ocupação mais adequada da orla. A ordenação desse espaço é, portanto, uma prioridade e um desafio. Será necessário um melhor conhecimento da dinâmica costeira, através do registro sistemático de variações periódicas da morfo-dinâmica sedimentar das praias para se planejar futuras instalações.

Embora grande parte do litoral ainda se mantenha de certa forma livre dos problemas aqui descritos, a especulação imobiliária e a desinformação da população, serão fatores determinantes na mudança desse quadro. Em um curto espaço de tempo, se nenhuma medida preventiva for tomada, a fim de se poupar danos tanto econômicos quanto ambientais, o litoral de Pernambuco, estará severamente comprometido.

## Bibliografia

Breton, F.; Clapés, J.; Marquès, A. & Priestley, G. (1996). *Ocean and Coastal Management*. 32(3):153-180.

Costa, M.; Souza, S. T. de (2002). A Zona Costeira Pernambucana e o caso especial da Praia da Boa Viagem: Usos e Conflitos. In: *Construção do Saber Urbano Ambiental: a caminho da transdisciplinaridade*. Ed. Humanidades, Londrina. ISBN 85-8901120-8.

Daniel, H. (2001). Replenishment versus retreat: the cost of maintaining Delaware's beaches. *Ocean & Coastal Management*, 44: 87-104.

Dominguez, J. M. L.; Bittencourt, A. C. S. P.; Leão, Z. M. A. N. & Azevedo, A. E. G. (1990). Geologia do Quaternário Costeiro do Estado de Pernambuco. *Revista Brasileira de Geociências*, 20: 208 – 215.

Doody, J. P. (2001). Coastal Conservation and Management: an ecological perspective. *Kluwer Academic Publishers*, 308 p.

Esteves, L. S. (2001). Fatores Determinantes da ocupação costeira nas praias da Costa Brava, Balneário Camboriú (SC). *Pesquisas em Geociências*, 28 (2): 405 – 415.

Esteves, L. S. & Santos, I. R. (2001). Impacto econômico da erosão na praia do Hermenegildo (RS), Brasil. *Pesquisas em Geociências*, 28(2):393-403.

Gregório, M. N., Araújo, T. C. M. & Valença, L. M. M. (2004). Variação sedimentar das praias do Pina e da Boa Viagem, Recife (PE) Brasil. *Tropical Oceanography*, 31(1):39-52.

Lira, A. R. A. (1997). *Caracterização Morfológica e Vulnerabilidade do Litoral entre as Praias da Enseada e Maria Farinha, Paulista – PE*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco - CTG, 96p.

Muehe, D. (2001). Critérios Morfodinâmicos para o Estabelecimento de Limites da Orla Costeira para

fins de Gerenciamento. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, 2(1):35-44.

Pereira, L.C.C.; Jiménez, J.A.; Medeiros, C.; Costa, R.M. (2003). The influence of the environmental status of Casa Caiada and Rio Doce beaches (NE-Brazil) on beaches users. *Ocean & Coastal Management*, 46:1011-1030.

Souza, S. T. de (2004). A saúde das praias da Boa Viagem e do Pina, Recife (PE), Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 99p.

Tessler, M. G. & Goya, S. C. (2005). Processos costeiros condicionantes do litoral brasileiro. *Revista do Departamento de Geografia*, USP. 17:11-23.

Villes, H. & Spencer, T. (1995). Coastal Problems: geomorphology, ecology and society at the coast. Edward Arnold, 350 p., *Map of Pernambuco State coast, with the subdivision (North, Metropolitan and South sectors), according to GERCO-PE (www.cprh.pe.gov.br)*.

## O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado

### *The portuguese coast, images and transformations in the contemporary period: from natural space to humanized territory*

Joana Gaspar de Freitas \*

*Faculdade de Letras de Lisboa*

---

#### RESUMO:

A percepção que temos e a utilidade que damos ao litoral têm mudado ao longo dos tempos. Outrora, a orla costeira, ainda que pontilhada de algumas cidades e vilas, era na sua maior extensão um território vazio, evitado e ignorado, habitado por uma população diminuta de pescadores. Com o aparecimento da moda dos “banhos de mar”, o espaço litorâneo passou a ser local de atracção e divertimento, sendo procurado sazonalmente por grandes massas populacionais. Nos últimos dois séculos, a história do litoral revela-se indissociável da do próprio homem, na medida em que este espaço tem sido pensado e modificado em função do significado e da utilidade que a sociedade lhe atribui. Através da leitura e interpretação de um conjunto de fontes do século XIX e início do século XX – jornais, livros de memórias, textos satíricos, contos populares, guias de turismo e propaganda, obras de carácter etnográfico, médico e científico-natural –, bem como de alguns trabalhos recentes sobre o desenvolvimento do fenómeno social da “praia”, procurámos definir e caracterizar o percurso diacrónico da interacção entre o homem e o litoral, tendo em conta a forma como o ser humano pensa o espaço envolvente, define estratégias e implementa práticas para o adaptar às suas necessidades. Este estudo, que parte da análise de fontes documentais pouco divulgadas e que procura oferecer uma perspectiva histórica sobre os fenómenos ocorridos na orla litoral na época contemporânea, pode trazer novos contributos para um mais profundo entendimento da problemática em torno da gestão costeira, pois para se gerir convenientemente este território é preciso conhecer não só as suas especificidades próprias e compreender a sua evolução natural, mas também ter em conta as transformações físicas a que esteve e está sujeito pela acção do Homem.

---

#### ABSTRACT:

*The perception we have and the utility we give to the seacoast have changed throughout time. Long ago, the coastal area, despite having cities and villages, was almost all an empty territory, avoided and ignored, inhabited by a small population of fishermen. With the appearance of the “sea baths” fashion, the seashore became a place of great attraction and leisure, being sought by great masses of population. For the past two centuries, the history of the coastal area has been strictly linked to the history of men. This space has been thought and modified towards the*

*meaning and the utility that society gave to it. Through readings and interpretation of a set of sources from the XIXth century and beginning of XXth century - periodicals, books of memories, satirical texts, popular stories, guides of tourism and propaganda, ethnographic, medical and scientific-natural works -, as well as some recent essays on the development of the social phenomenon called "beach", we aim to define and characterize the diachronical interaction between men and the coastal area. We take into account the way the human-being thinks about the involving space, the way he defines strategies and implements practices to adapt to his needs. This study that is based on the analysis of documentary sources almost unknown, offers a historical perspective on the changes occurred to the seashore in contemporary times, and it can also bring enlightenment for a deeper knowledge on the problematic surrounding coastal management. In order to manage this territory conveniently it's necessary to know its particularities and to understand its natural evolution, but also to take in account the physical transformations that have occurred by Men's actions.*

---

## 1. Introdução

Segundo André Lespagnol (1998, 11), a percepção que temos do "litoral" não é natural, imanente ou intemporal. É uma construção social que se inscreve num quadro geral de mentalidades e que se modifica com a passagem do tempo, em função da complexidade de relações que se estabelece entre aquele espaço e os actores sociais. Com efeito, o olhar de um indivíduo ou de uma sociedade sobre a "paisagem litoral" é sempre uma apropriação subjectiva do meio físico subjacente, conferindo-lhe um significado simbólico que traduz uma perspectiva crítica sobre o mundo envolvente.

Ao longo dos tempos, o modo de pensar o litoral sofreu profundas alterações - território do vazio, último vestígio do dilúvio bíblico, fronteira entre o caos e a ordem, cais de embarque para novos mundos, porto de chegada de riquezas e produtos maravilhosos, ermo povoado de dunas áridas, área para estender redes e atracar os barcos vindos da pesca, local de busca do "eu" para os espíritos românticos, paisagem de pura contemplação estética, estação balnear com fins terapêuticos, lugar de fruição lúdica e veraneio -, que reflectem a variabilidade de práticas, comportamentos, sensibilidades, formas de sociabilidade, que se desenvolveram em torno deste espaço, constituindo um verdadeiro código de leitura e interpretação da apreciação e utilização, económica, política, científica, estética, terapêutica e/ou lúdica, que cada grupo humano faz dele.

Território ignorado e evitado, durante muitos séculos, o litoral permaneceu entregue aqueles que se dedicavam à pesca, à navegação de cabotagem ou à defesa da fronteira marítima, até ao despertar do desejo colectivo da praia, fenómeno que se iniciou em Inglaterra e França a partir meados do século XVIII e um pouco mais tarde em Portugal (segunda metade do século XIX). Valorizado e procurado pelo

homem moderno, na era pós-industrialização, enquanto "espaço natural", o litoral foi sendo paradoxalmente "domesticado e civilizado", de forma a garantir as necessidades de culturalização daqueles que ali se instalavam (Machado, 1996, p. 16). Aos poucos, as marcas da intervenção humana foram alterando a fâcies do meio, implementando uma nova arquitectura da paisagem, com o intuito de organizar os locais de vilegiatura marítima, adaptando-os às suas novas funcionalidades e às exigências de um tipo intensivo de ocupação do território.

Isto significa que não só as representações do litoral se transformaram em função da identidade própria da sociedade que as produziu, mas também a orla costeira foi sendo fisicamente moldada em consonância com as diferentes formas como foi pensada, influenciando depois as ideias e práticas que lhe eram dirigidas. Existe, pois, uma densa rede de relações e dependências entre o homem e o meio, o que confere aos dois um papel activo na concretização de uma história comum, que interessa conhecer.

## 2. O medo do mar

Durante séculos, o mar parece ter inspirado um verdadeiro temor às populações do ocidente europeu. Para uma civilização essencialmente terrestre, compartimentada em espaços físicos reduzidos, já que as deslocções eram difíceis e morosas, dominada por uma mentalidade em que o sagrado e o profano se entrelaçavam para explicar a realidade envolvente, o oceano surgia como o território do desconhecido, vestígio último do dilúvio bíblico, onde viviam seres fantásticos que escapavam à ordem imposta por Deus. Jean Delumeau (1978, 31 e 36), ao fazer o inventário dos receios que atormentaram as gentes entre os séculos XIV e XVIII, não hesitou em catalogar o mar como um dos mais comuns "topos de medo" do imaginário ocidental. Perante uma tal imensidão o

homem sentia-se frágil e ameaçado, o elemento marítimo encarnava o que havia de mais poderoso e tenebroso, estando rodeado de uma dimensão negativa, que o convertia em lugar de perdição e morte. No caso português, os Descobrimentos contribuíram decisivamente para o fim de efabulações antigas relacionadas com o “Mar Tenebroso” e com as terras que se estendiam para além dele: «não há aí gente nem povoação alguma; a terra não é menos areosa que os desertos da Líbia, onde não há água, nem árvore, nem erva verde (...). As correntes são tamanhas, que navio que lá passe nunca poderá tornar» (Zurara, c.1464). Velhos mitos foram irradiados e novos conhecimentos se adquiriram à medida que as navegações se foram desenvolvendo. Contudo, o receio infundido pelo oceano não desapareceu por completo do imaginário popular, como atesta, a figura mítica do Adamastor, que nos *Lusíadas* simboliza os desafios enfrentados pelos navegantes, como o temível Cabo das Tormentas e as «perigosas/ Cousas do mar, que os homens não entendem,/ Súbitas trovoadas temerosas/ Relampagos que o ar em fogo acendem,/ Negros chuviros, noites tenebrosas/ Bramidos de trovões, que o mundo fendem» (Camões, 1572). Outro exemplo, do que afirmamos, é o provérbio quinhentista: *Se queres aprender a orar, entra no mar*.

Os perigos que vinham do mar, fossem eles reais ou imaginários – os monstros e seres fantásticos, as tempestades, os piratas, os naufrágios, a Peste Negra -, alimentaram a tradição de repulsa pela beira-mar. Para Alain Courbin (1989, 11) o medo e a aversão por aquela infundável massa líquida explicam o sentimento de repugnância que promoveu o afastamento dos espaços litorâneos e a incapacidade global de apreciação daquela paisagem antes da emergência do desejo da praia, em finais do século XVIII.

No início de Oitocentos, os litorais oceânicos que predominavam na costa ocidental portuguesa eram ainda territórios pouco apetecíveis, sendo vistos como locais desolados, dominados pelas areias, sujeitos a ventos fortes carregados de salsugem e às invasões do mar, oferecendo reduzido sustento às populações, já que a actividade da pesca era prejudicada pelas difíceis condições de passagens dos barcos na zona de rebentação das ondas e a agricultura praticamente impossível pela ausência de solos aráveis. Apenas em alguns pontos da costa, por exemplo nos estuários e fozes dos rios, se encontravam áreas abrigadas

propícias à fixação de gente. Embora tenham existido desde muito cedo cidades e vilas de importante tradição marítima, acreditamos que uma grande extensão do litoral se encontrava praticamente deserta ou era habitada apenas por pequenas comunidades de pescadores, que viviam em aglomerados de carácter precário, constituídos por palheiros ou cabanas (Dias, 2005, 9). Era o caso da Póvoa do Varzim, Espinho, S. Jacinto, Torreira, Buarcos, Caparica, Armação de Pêra, Quarteira, Olhão, Fuzeta, Cabanas de Conceição e Monte Gordo. A dificuldade em povoar certos trechos da orla litoral levou alguns monarcas portugueses a conceder privilégios àqueles que se quisessem fixar em locais estratégicos do ponto de vista da defesa nacional, do comércio ou da pesca (por exemplo, em Paredes, V.N. de Milfontes, Alvor, Mexilhoeira da Carregação, Tavira e Castro Marim). Com o mesmo intuito, os habitantes de algumas povoações marítimas estavam isentos dos deveres militares, mas tinham a obrigação de defender as praias dos ataques dos piratas, o que acontecia na Apúlia, Afife e Alcabideche (Leal, 1873-1890).



Figura 1. Povoação de pescadores constituída por palheiros, Esmoriz, 1938. Fotografia publicada em [www.prof2000.pt](http://www.prof2000.pt)

Com efeito, durante muitos séculos, o litoral português foi alvo frequente da acção de piratas e corsários, de diferentes proveniências. Primeiro, ainda nos alvares da nacionalidade, foram os normandos, depois os muçulmanos que ocupavam parte da Península; na época dos Filipes, os ingleses, franceses e holandeses, inimigos da coroa espanhola; em tempos mais recentes, predominavam os marroquinos e argelinos. Estes piratas atacavam não só as naus que vinham da Índia e do Brasil, como também as pequenas embarcações que navegavam ao longo da

costa em actividades de cabotagem ou pesca. Não raras vezes, atreviam-se a desembarcar com o objectivo de pilhar os povoados mais próximos e de raptar homens, mulheres e crianças, que eram levados para o Norte de África, onde eram vendidos como escravos ou ficavam a aguardar o pagamento do resgate. As acções de pirataria tiveram consequências profundas no quotidiano daqueles que viviam junto à costa. O medo de um possível ataque e a angústia gerada pelas notícias, falsas ou verdadeiras, que circulavam entre as populações ajudavam a criar um clima de tensão permanente. Os rebates alarmistas e a necessidade de manter sentinelas em pontos-chave da costa exigiam uma mão-de-obra abundante, que era desviada das tarefas piscatórias e agrícolas, perturbando o dia-a-dia destas comunidades (Silva, 1979, 9-10 e 27). Alguns autores defendem que estas incursões foram responsáveis pelo despovoamento de algumas zonas do litoral, com a fuga dos seus habitantes para regiões do interior (Silva, 1979, 26; Silva, 1985, 329). As marcas do temor inculcado pelos piratas ficaram também assinaladas na literatura popular: nos *Romanceiros* (colectâneas que reúnem as tradições orais portuguesas) encontram-se versos que mostram como estes episódios estavam fortemente enraizados na memória do povo, por exemplo *Moiros partem mar abaixo* (Vasconcelos, 1886), *As duas irmãs* e *O Cativo* (Braga, 1907, 134 e 147). Os relatos de alguns ataques foram ainda amplamente divulgados através da literatura de cordel, as histórias de pirataria e o drama vivido pelas vítimas povoavam o imaginário popular. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, eram vendidas nas ruas, sob a forma de folhetos, obras como a *Memorável relação da perda da nau Conceição que os turcos queimaram à vista da barra de Lisboa e vários sucessos das pessoas que nela cativaram* (Mascarenhas, 1627) e a *Relação do sucesso que teve um corsário de levantados, que havia tempos andava infestando os mares, cativando muitas embarcações* (Feliciano, s.d.).

Os piratas e corsários não eram o único perigo da costa portuguesa. Os naufrágios eram frequentes, especialmente em alguns pontos, onde a navegação era difícil e se tornava ainda mais complicada sempre que havia temporais. Muitos destes incidentes ocorriam perto da praia e eram testemunhados pelas populações marítimas que a eles assistiam sem nada poderem fazer, devido ao estado do mar ou à falta de meios de socorro. Mas as principais vítimas da fúria do mar eram as gentes que tiravam dele o seu sustento: nas costas mais desabrigadas e de rebentação forte,

os pescadores arriscavam a vida em cada saída para a faina. Este tipo de acontecimento dramático emocionava profundamente a opinião pública e os relatos de naufrágios tinham grande procura: a descrição do desastre do vapor *Porto*, ocorrido em Março de 1852, teve três edições nesse mesmo ano. Os jornais da época deram também grande cobertura a este tipo de notícias: a perda de vidas humanas e a dor das famílias, especialmente as daqueles que viviam da pesca, eram largamente exploradas nas primeiras páginas, como por exemplo, em 1892: «Horrorosa desgraça na Póvoa do Varzim», «dezenas de homens são devorados implacavelmente pelas ondas» (*Diário de Notícias*, 29-02 e 01-03 de 1892).



Figura 2. Saída para a pesca, Aveiro. Postal.

Do mar vinham ainda terríveis tempestades que afectavam não só os navegantes, mas igualmente as populações ribeirinhas. Não raras vezes, as ondas invadiam o areal e destruíam as edificações que lhe estavam mais próximas, quer fossem simples cabanas de pescadores, quer povoações de pedra e cal, quer estruturas portuárias. O caso das invasões do mar em Espinho (em finais do século XIX) causou impacto profundo junto da sociedade civil, porque se tratava de uma conhecida e muito frequentada estação balnear e várias das habitações destruídas, para além dos palheiros dos pescadores, pertenciam a gente influente e de recursos.

Piratas, naufrágios, tempestades, galgamentos, maremotos, esterilidade, escassez de recursos, todos estes factores terão ajudado a reforçar a imagem do litoral como espaço de charneira entre dois mundos distintos – a ordem da terra e o caos do mar-oceano –, território de ninguém, universo do maravilhoso, onde o ser humano podia deparar com todo o tipo de perigos, quer provenientes da força indómita da

natureza, quer do encontro com seres estranhos e fabulosos. Com efeito, em finais do século XVIII eram ainda bastante comuns as notícias sobre o aparecimento de monstros, que surgiam junto à costa, como o homem marinho encontrado em Marselha (Anónimo, 1755) ou o peixe monstruoso avistado no Tejo em 1748 (Anónimo, s.d). A literatura tradicional portuguesa também reflecte esta crença de que o mar estava ainda povoado de todo o tipo de animais fantásticos e que estes podiam ser encontrados, com alguma facilidade, por quem percorresse as praias. Na lenda de *A línbagem dos Marinbos*, D. Froiã, caçador e monteiro, em suas aventuras «per riba do mar», encontrou uma formosa mulher a quem deu o nome de “Marinha” porque dali tinha saído (Braga, 1907, 72). Nos contos populares, recolhidos por Leite de Vasconcelos, surgem histórias sobre encantos do mar e homens condenados a viver nas suas profundezas, peixes que falavam e concediam grandes riquezas a quem os libertasse, ou ainda sobre ossadas e imagens milagrosas encontradas nos areais de S. Torpes e de Tavira (Vasconcelos, 1886). Estas histórias e lendas, transmitidas oralmente ao longo de gerações, consolidam a ideia de que o mar foi durante muito tempo o espaço privilegiado do desconhecido, envolto numa aura de mistério, que simultaneamente fascinava e atemorizava a população.

### 3. A descoberta dos “banhos de mar”

Por volta de 1750, despontou em Inglaterra uma nova forma de perceber o litoral, que estava relacionada com os benefícios médico-terapêuticos do banho frio de mar. Nessa época, acreditava-se que os progressos da civilização, o desenvolvimento da industrialização e o crescimento desmedido das cidades eram em parte responsáveis pela debilitação física dos seres humanos, sobretudo os das classes mais elevadas. Havia então grande preocupação com certas perturbações psíquicas, como a melancolia, a ansiedade, a histeria e a delicadeza excessiva, sobretudo entre as mulheres e as crianças. Para combater estes males, os médicos começaram por recomendar banhos terapêuticos em estâncias termais, favorecendo a emergência dos *spas*. Mais tarde, descobriram as qualidades dos banhos de mar, que ajudavam a curar o doente, restabelecendo o equilíbrio entre o corpo e a alma, pela melhoria do apetite e do sono e pelo afastamento das preocupações diárias. Pensava-se que a natureza selvagem do mar, o ar vigoroso e a vastidão do espaço, eram elementos

essenciais para a recuperação da energia vital, que se havia perdido no ambiente poluído e opressivo das cidades industriais.

Não se sabe exactamente quando terá sido introduzida, em Portugal, a moda dos banhos de mar. Em 1753, o Dr. Jacob de Castro Sarmiento, durante uma estadia em Londres, comunicava ao público português, «o grande benefício, que tem recebido toda esta dilatada Ilha do uso da água do mar, curando felizmente muitos achaques crónicos com ela, em forma de banhos e bebida» (Sarmiento, 1753, 107), passando em seguida a explicar que o novo método de fazer uso desta água se tinha iniciado, há alguns anos, em Inglaterra, através dos trabalhos percursoros de Richard Russell (1750). Alguns opúsculos - *Os banhos de mar na Junqueira e sítio de Santa Apolónia vistos da terra pelo óculo crítico de ver as coisas como são...*, (Mata, 1786) ou *A barca dos banhos..* (Anónimo, 1811) - mostram que os banhos de mar eram já conhecidos no nosso país em finais do século XVIII, embora a sua prática estivesse ainda pouco difundida e limitada a pequenos sectores da sociedade. Só mais tarde, já na segunda metade de Oitocentos, a frequência das praias e a utilização da água do mar com fins terapêuticos se tornou vulgar entre os grupos sociais mais elevados.



Figura 3. Praia de banhos, Esmoriz, 1907. Fotografia publicada em [www.prof2000.pt](http://www.prof2000.pt).

O discurso médico desta época fazia a apologia dos banhos de mar, salientando os seus efeitos benéficos sobre o vigor, a força e a saúde dos pacientes, e recomendando-os no tratamento de vários tipos de doenças, como o linfatismo, a anemia, a depressão e o raquitismo infantil. Mas, enfatizava também que os banhos tinham de ser receitados com

alguma cautela e deviam ser tomados segundo indicações precisas, pois, como qualquer outra medicação complexa e energética, a sua acção podia tornar-se perigosa quando mal ministrada. Desta forma desenvolveu-se um conjunto de práticas codificadas, que orientavam a utilização terapêutica da praia, criando padrões de conduta que ficaram indelevelmente associados à frequência do domínio marítimo. Partindo de certas teorias sobre a influência da água do mar nas reacções do corpo humano e do seu efeito no tratamento de algumas doenças, foi criado um rigoroso código de conduta a ser seguido por quem procurava nas praias a cura para os seus males. Assim, estipulava-se a época mais indicada para tomar banhos de mar, a duração da estadia, o número, a hora e a duração das imersões, o vestuário utilizado, e o que se devia fazer durante e após os mergulhos. Todos estes factores variavam de acordo com o sexo, a idade, as condições de saúde e a moléstia de que padecia o doente (Claparede, 1874; J.B.S.R., s.d.). A escolha da praia também não era indiferente. O tratamento baseava-se em três elementos principais: a atmosfera marítima, a água do mar e as características climatéricas e topográficas do litoral. Entendia-se que a localização geográfica da praia, a natureza e morfologia do solo, a força e dimensão das ondas, a direcção e constância dos ventos, a temperatura das águas e a proximidade de rios e matas eram variáveis a ter em conta na prescrição da medicação marítima. Desta forma, os vários trechos da costa eram qualificados de acordo com a sua aptidão para tratar esta ou daquela maleita. Por exemplo, no caso da tuberculose pulmonar, as praias mais recomendadas eram as que ficavam entre Buarcos e S. Martinho do Porto, Santa Cruz e o Cabo da Roca, Sines e Albufeira (Eça, 1907).

#### 4. A invenção social da praia

Em finais do século XVIII, em Inglaterra e França, a emergência dos banhos de mar, por indicação médico-terapêutica, fez com que o litoral passasse a ser muito procurado, convertendo-se num local de atracção e divertimento para as classes mais elevadas da sociedade. Este fenómeno significou uma mutação na percepção da orla costeira que, de território abandonado e selvagem, se transformou, pela descoberta de uma nova função a ele associada, num sítio socialmente aprazível e recomendável como espaço de fruição e convívio entre elementos de um mesmo grupo.

Alain Courbin, no seu livro sobre o despertar colectivo do desejo pela beira-mar, explica que a emergência desta nova significação atribuída ao litoral e as modalidades sociais da propagação da vilegiatura marítima estiveram geralmente associadas a um conjunto de práticas iniciadas por um pequeno círculo de elite – a família real ou a aristocracia (Courbin, 1989, 286-287). Estas, constituindo uma referência em termos de comportamento para a restante sociedade, detinham a capacidade de criar e valorizar novos hábitos, isto é, de instituir modas. Por isso, a presença destes elementos em certas localidades, para fruir os banhos de mar, foi fundamental para determinar um novo conjunto de percepções, desejos e emoções direccionados para a natureza marítima (Machado, 1996, 45). A procura do litoral pelas elites pressupôs a conversão deste num local “civilizado”, no sentido da sua frequência se tornar uma “forma de distinção social”, tendo-se criado em seu torno toda uma gama de práticas finamente codificadas. O emprego do tempo, o arranjo do espaço, as distrações, as obrigações e os prazeres criados estavam sujeitos a códigos de conduta pré-estabelecidos e conhecidos apenas por estes grupos restritos, condicionando fortemente as formas de usufruto daquele território.

Com o passar do tempo, a moda da praia foi-se difundido pela população, quer pelo desejo de imitar a aristocracia, quer pelo desenvolvimento dos transportes, a melhoria das condições de vida, a instituição do dia de descanso semanal e das férias pagas. A massificação do uso do litoral não significou, porém, a mistura entre as classes. Pelo contrário, fez despontar novas estratégias de distinção social como, por exemplo, a utilização de diferentes trechos da costa por diferentes grupos, a frequência de uma mesma praia em épocas distintas do ano, ou a existência num mesmo local de zonas separadas para os vários actores sociais (Dias, 2005, 11). A complexidade dos rituais associados à utilização das praias, definidos por aqueles que tinham a capacidade de trazer a civilização ao litoral, destinava-se a legitimar o seu poder social, garantindo que os grupos mais desfavorecidos não seriam confundidos com eles ao utilizar o mesmo espaço, pois que se limitavam a reproduzir de uma forma deturpada comportamentos que não eram os seus. Isto podia ser observado, nos anos 30, na Figueira da Foz: as senhoras tomavam banho ao meio-dia, vestindo *maillots* e utilizando as barracas que alugavam aos banheiros; enquanto as

gentes do povo iam ao mar de manhã cedo, despiam-se junto aos rochedos do forte de S. Catarina e envergavam a roupa de todos os dias. As formas de distinção social entre os utilizadores das praias mantiveram-se ao longo das décadas, tendo-se apenas tornado mais elaboradas e difusas, manifestando-se por exemplo na valorização de determinado tom da pele, no aspecto do corpo e no tipo de vestuário (Machado, 1996, 50 e 55).

O próprio modo de estar na praia e de fruir este espaço mudou significativamente entre os inícios da vilegiatura marítima e os dias de hoje. No princípio, quando a utilização da costa se prendia exclusivamente com os banhos frios de mar, o que levava a sociedade elegante até às praias era uma preocupação de cariz higiénico e sanitário, visando retemperar os corpos dos males da civilização e conferir-lhes energia e vitalidade através do mergulho nas ondas e do choque térmico. O tempo que se passava no areal e junto à água era curto e limitava-se ao momento antes e depois do banho. A apreciação da natureza marítima era então feita à distância, nos passeios públicos, esplanadas e miradouros. Só mais tarde, já em meados do século XX, com a edificação da “praia lúdica” é que «o prazer do ar livre e do contacto com espaços naturais vai ser canalizado para o espaço da praia em si mesmo» (Machado, 1996, 99). Nessa altura, o litoral começou a ser frequentado nas horas mais quentes do dia, aumentou o tempo de permanência junto ao mar e surgiram outro tipo de actividades para além do banho. O contacto físico com a areia, com a água e com o sol, tornou-se fonte de prazer e diversão.

Em Portugal, o aparecimento do fenómeno da praia foi mais tardio do que no resto da Europa (do



Figura 4. Praia de Carcavelos, princípio do século XX. Fotografia publicada pela Junta de Freguesia de Carcavelos.



Figura 5. Praia de Carcavelos, anos 50. Fotografia publicada pela J.F. Carcavelos.

Norte), mas o seu início ficou a dever-se também à iniciativa da família real e da aristocracia que frequentava a corte. Na primeira metade do século XVIII, a *Gazeta de Lisboa* noticiava ocasionalmente que a rainha e suas damas tinham ido passear de barco no Tejo ou que a realeza havia ido, por mar, até Belém, Paço de Arcos, Oeiras ou Carcavelos, para pescar, caçar, visitar amigos ou divertir-se nas quintas que por ali existiam (*Gazeta de Lisboa*, 07-07-1718, 210; *Id.*, 17-08-1719, 264; *Id.*, 09-10-1721, 328; *Id.*, 22-11-1725, 376; *Id.*, 01-05-1727, 144), o que significa que havia já o hábito de frequentar a zona costeira perto de Lisboa e de praticar algumas actividades de carácter náutico. Em 1732, o mesmo periódico lisboeta informava que «o Senhor Infante D. Carlos partiu no mesmo dia para Cascais, a tomar o remédio dos banhos medicinais que há naquela Vila» (*Gazeta de Lisboa*, 04-09-1732, 380). Alguns anos mais tarde, é possível verificar que esta prática se tornara comum entre a família real: «a Senhora D. Maria Francisca Benedicta, Princesa do Brasil, vem há alguns dias de Queluz ao sítio de Caxias tomar aí banhos do mar: o Príncipe seu Augusto Esposo principiou anteontem os mesmos banhos» (*Gazeta de Lisboa*, 18-07-1783). A posterior instalação da corte em Cascais, durante o verão, é aliás um acontecimento bastante conhecido e estudado e pode ser considerado como o movimento precursor da moda do banho em Portugal.

Alguns testemunhos, datados de finais do século XVIII e princípios do seguinte, revelam também a utilização da água do mar com fins terapêuticos, na Junqueira e Santa Apolónia, em 1786; a existência de barcas de banhos, no Tejo, em 1811; e a frequência do sítio da Foz, durante a época estival, por parte da

sociedade elegante do Porto, nos anos de 1824-25 (Mata, 1786; Anónimo, 1811; Anónimo, 1825). Em 1842, um aristocrata estrangeiro, de visita a Portugal, mencionava nas suas memórias que, em S. João da Foz e Matosinhos, existiam numerosas “casas de campo”, para onde os seus proprietários iam a banhos (Lichnowsky, s.d., 175).

A difusão do hábito de “ir para a praia”, inicialmente limitada ao grupo selecto daqueles que tinham posses para o fazer, só teve lugar a partir da segunda metade do século XIX. Cada praia tinha características próprias definidas em função daqueles que ali se instalavam sazonalmente. Umas, eram mais cosmopolitas, largamente abertas a todas as regiões do país e até à vizinha Espanha, sendo frequentadas por aqueles que procuravam o bulício e os divertimentos (por ex. Póvoa do Varzim, Espinho e Figueira da Foz). Outras eram apanágio quase exclusivo de algumas famílias aristocráticas, que as tomavam só para si, como acontecia em Vila do Conde, Granja e Cascais. Outras ainda eram utilizadas essencialmente por gente das regiões e localidades mais próximas, como sucedia nas modestas praias do Furadouro, Vieira, Lagos e Monte Gordo. Por fim, existiam aquelas onde todos os anos se reunia um reduzido número de famílias conhecidas (Apúlia, Costa Nova, S. Jacinto, Torreira, Mira, Pedrogão, Baleal) (*Guia de Portugal*, 1924-27).

As diferentes classes sociais imprimiam ritmos distintos à vida nas praias. Por exemplo, Leça era a praia preferida da colónia inglesa do Porto e toda a sua existência era marcada pelo modo de ser britânico: as senhoras jogavam o arco, o *cricket*, o *lawn-tennis*, o *football*, e os homens saíam para velejar (Sequeira, 1889, 62). Já Pedrouços era o local de banhos favorito da burocracia lisboeta, enchendo-se de chefes de secretaria, oficiais, amanuenses, tabeliães, guarda-livros, caixeiros e escrivães, o que lhe conferia o aspecto de «uma secretaria de Estado ao ar livre». A Póvoa do Varzim era o «caravansará dos habitantes do Minho», ali se podendo encontrar desde o mendigo das feiras ao comendador brasileiro, estando as ruas e as lojas sempre cheias de gente desde manhã cedo até alta noite. Em Cascais reunia-se o fino extracto da gente elegante do país, a presença assídua da família real conferia um toque aristocrata àquela povoação, onde eram habituais as *soirées*, os bailes e os passeios presididos pelo rei, numa reprodução fiel dos hábitos da corte (Ortigão, 1876).

A valorização das praias em função daqueles que as frequentavam e dos divertimentos que se podiam encontrar revelam que, embora se fizesse a apologia

do litoral como forma de escapar ao estilo de vida citadino e de levar uma existência simples e saudável no convívio com os elementos da natureza, aqueles que “iam a banhos” procuravam reproduzir ali as práticas do seu quotidiano, introduzindo nas povoações costeiras um conjunto de estruturas (materiais e mentais) consideradas determinantes para o seu bem-estar.



Figura 6. Praia de Carcavelos – estruturas de apoio aos banhistas, anos 50. Fotografia publicada pela J.F. de Carcavelos.

## 5. A antropização do espaço litoral

A partir do século XIX, a utilização do território litorâneo com fins terapêuticos e lúdicos teve como consequência a construção de espaços humanizados, a que habitualmente se chama “praia”, onde os aspectos naturais e físicos da paisagem foram moldados para se ajustarem às necessidades do utilizador. Com efeito, os benefícios higiénicos dos banhos de mar conduziram um grande número de indivíduos para o litoral, o que implicou a transformação progressiva daquele espaço para se coadunar com as exigências desta população sazonal. O que se privilegiava na orla costeira, não era a natureza ou a paisagem em si, nem sequer o areal ou a zona de estirâncio, frequentados apenas durante o curto espaço de tempo que durava o banho; mas sim as estruturas sociais adjacentes que foram sendo criadas para dar apoio aos banhistas, isto é, as esplanadas, cafés, clubes, casinos e toda a sorte de zonas de animação e divertimento (Dias, 2005, 10-11). A breve trecho, a ida para a praia transformou-se num fenómeno essencialmente social: o litoral converteu-se num local privilegiado de convívio entre amigos e conhecidos, sob o pretexto de usufruir do ar marítimo e da terapia dos banhos.

O bulício que se vivia nas praias mais frequentadas,

durante a época estival, parece ter sido contagioso e estendeu-se a praticamente toda a costa a norte do Tejo. Nas povoações, que despontaram com o aparecimento do evento balnear, tornou-se premente promover o desenvolvimento e progresso da terra para cativar os veraneantes. Pequenos aglomerados piscatórios ou áreas desertas foram pouco a pouco crescendo com a construção de todo um vasto leque de infra-estruturas essenciais à instalação de grandes massas humanas. O aparecimento e difusão do caminho-de-ferro contribuiu decisivamente para a afirmação de certas praias, tornando-as acessíveis a um maior número de pessoas. As mais conhecidas tinham quase todas estação própria ou apeadeiro: era o caso da Granja, Espinho e Vila do Conde. Quando a linha férrea ficava a alguma distância do litoral existiam serviços de aluguer de diligências, automóveis ou trens que faziam o transporte de pessoas e bens. Na maioria das povoações costeiras cedo surgiram hotéis, pensões e casas para alugar. Nos primeiros anos, as estruturas de apoio aos banhistas eram diminutas e estes instalavam-se nas casas dos pescadores, que as arrendavam durante o verão. Depois, a construção imobiliária desenvolveu-se de forma a acompanhar a procura crescente. Aqueles que tinham mais posses mandaram edificar vivendas e *chalets* junto à costa, os outros ficavam nos hotéis ou alugavam casas já mobiladas. As estações balneares mais movimentadas possuíam casinos, teatros, cinematógrafo, praça de touros, clubes, associações recreativas e desportivas e cafés.

Espinho foi um dos exemplos mais relevantes desta rápida transformação do litoral: no início da segunda metade de Oitocentos, a povoação tinha pouco mais do que alguns palheiros de pescadores e duas ou três casas de pedra e cal. Vivia essencialmente da pesca e, no verão, era frequentada por algumas famílias ilustres das redondezas. A partir do momento em que foi construída a linha férrea e passou a ser servida por um apeadeiro (depois estação) tudo mudou. Em 1918, «a vila conta[va] muitos edifícios elegantes e confortáveis, lindas vivendas e rendilhados *chaléts*, bons hotéis, ruas e avenidas espaçosas, teatros, cinematógrafos, casinos, cafés (...) e grande abundância de estabelecimentos comerciais de todos os géneros. [Era] iluminada por luz eléctrica e acha[va]-se ligada ao Porto pelo telefone da rede geral» (*Sociedade Propaganda de Portugal*, 1918, 15-16).

A análise da documentação compulsada – especialmente aquela que contém informações sobre as povoações, antes e depois da moda dos banhos (dicionários geográficos e corográficos, guias de praias, roteiros turísticos, trabalhos etnográficos, etc) – reforça a ideia de que a emergência do fenómeno balnear teve consequências irreversíveis (e imprevisíveis) na fâcies dos núcleos populacionais costeiros e na paisagem litoral. Embora ainda estivesse longe a época da procura massificada das praias, é já possível verificar que o crescimento das localidades litorâneas, sob a pressão do progresso e da necessidade de criar infraestruturas de modo a atrair os visitantes sazonais (Dias, 2005, 15), implicava a



Figura 7. Transportes de acesso à Barrinha de Esmoriz, 1964. Fotografia publicada em [www.prof2000.pt](http://www.prof2000.pt).



Figura 8. Avenida marginal e esplanada junto à praia, Póvoa do Varzim. Fotografia publicada pela C.M. da Póvoa do Varzim.

destruição das formas de existência tradicional das populações marítimas, a descaracterização das povoações e o rompimento do equilíbrio dinâmico da orla costeira, pela adopção de uma arquitectura padronizada, desajustada em relação às especificidades próprias do meio físico de implantação, mas identificada com o desenvolvimento e a modernidade.

## 6. Conclusão

O crescimento urbano que se registou ao longo de toda a costa portuguesa, ainda no século XIX, intensificou-se com o desenvolvimento do turismo de massas e assumiu proporções desmedidas nas últimas décadas do século XX. Em Portugal, como no resto da Europa, o despontar da vilegiatura marítima, o desenvolvimento dos transportes, o aumento da população e o crescimento das cidades no litoral, bem como a procura deste espaço para a instalação de actividades associadas ao turismo e à exploração das práticas de lazer, como a edificação de parques de campismo, urbanizações e infraestruturas balneares, têm provocado alterações na linha de costa, que a médio e longo prazo podem acarretar efeitos danosos ou mesmo irreparáveis. Os graves problemas sentidos hoje no litoral português – nomeadamente a erosão costeira, a poluição das águas marítimas, a destruição de ecossistemas, a degradação da qualidade de vida das populações e os conflitos de interesse relacionados com os diferentes usos deste espaço -, devem-se em grande medida à intensa pressão antrópica que se faz sentir sobre este território. Ora o despertar do desejo pela beira-mar, as motivações que estiveram na sua origem e as formas de ocupação (utilização/trans formação) da orla costeira são fenómenos históricos que podem (e devem) ser objecto de estudo crítico, pois, actualmente nenhuma futura modificação nas zonas costeiras e/ou estratégia de gestão concertada deste território podem ser delineadas sem ter em conta os efeitos directos da acção do homem, no passado e no presente.

## Referências Bibliográficas

Anónimo (1755), *Nova maravilha da natureza ou notícia rara e curiosa de um homem marinho que apareceu nas praias da cidade de Marselha...*, Lisboa, s.n.

Anónimo (1811), *A barca dos banhos. Primeira carta de prevenção e notícia a um amigo que pedia a outro lbe desse uma ideia da tão celebrada barca de banhos*, Lisboa, Impressão Régia.

Anónimo (1825), *Os banhos de mar ou os olhos de uma senhora banhados em lágrimas por se ver contrariada no desejo de ir a eles*, Porto, Tip. à Praça de Santa Teresa.

Anónimo (s.d.), *Relação do monstruoso peixe que nas praias do Tejo apareceu em 16 de Maio deste presente ano de 1748*, s.l, s.n.

Braga, Teófilo (1907), *Romanceiro geral português. Romances de aventuras, históricos, lendários e sacros*, vol. II., Lisboa, Manuel Gomes Editor.

Camões, Luís de (1572), *Os Lusíadas*, Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos (s.d.), Porto, Porto Editora.

Claparede (1874), *Estudo sobre os banhos de mar. Conselhos aos banhistas*, Lisboa, Tip. Progressista de P.A. Borges

Courbin, Alain (1989), *O território do vazão. A praia e o imaginário ocidental*, S. Paulo, Companhia das Letras.

Delumeau, Jean (1978), *La peur en Occident (XIV-XVIII siècles). Une cité assiégée*, Paris, Fayard.

Dias, J. Alveirinho (2005), *Evolução da zona costeira portuguesa: forçamentos antrópicos e naturais. Revista Encontros Científicos – Turismo, Gestão, Fiscalidade*, 1:7-27, Faro.

*Diário de Notícias*, Lisboa, 29-02-1892; 01-03-1892; 18-01-1895; 19-01-1895; 07-10-1897; 03-02-1899; 06-01-1904.

Eça, Rui d´(1907), *A orla marítima de Portugal em relação à tisioterapia. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25.ª série, n.º 11.

Feliciano, Félix (s.d.), *Relação do sucesso que teve um corsário de levantados, que havia tempos andava infestando os mares, cativando muitas embarcações*, Lisboa, s.n.

*Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 07-07-1718; 17-08-1719; 09-10-1721; 22-11-1725; 01-05-1727; 17-07-1727; 21-10-1728; 20-04-1730; 04-09-1732, 18-07-1783.

J.B.S.R. (s.d.), *Guia do banhista ou breves reflexões terapêuticas a respeito de banhos do mar*, Braga, Editora Viúva Germano e Filho.

Leal, Augusto Pinho (1873-1890), *Portugal antigo e moderno. Dicionário geográfico, estatístico, corográfico...*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira e Companhia.

Lespagnol, André (1998), *Avant-propos*, In *Représentations et Images du Littoral*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

- Lichnowsky, Félix (s.d.), *Portugal. Recordações do ano de 1842*, Lisboa, Edições Ática.
- Machado, Helena (1996), *A construção social da praia*, Guimarães, Ideal.
- Mascarenhas, João Carvalho (1627), Memorável relação da perda da nau Conceição que os turcos queimaram à vista da barra de Lisboa e vários sucessos das pessoas que nela cativaram. In *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII*, (dir. de) Damiano Peres, Porto, s.n.
- Mata, Matusio (1786), *Os banhos de mar na Junqueira e sítio de Santa Apolónia vistos da terra pelo óculo crítico de ver sas coisas como são. Obra muito útil a todos que desejarem não morrer afogados no mar inesgotável das lograções mulheris*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira.
- Sociedade Propaganda de Portugal (1918), *As nossas praias. Indicações gerais para uso de banhistas e turistas*, Lisboa, Tip. Universal.
- Ortigão, Ramalho (1876), *As praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante*, Edição de 1966, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Proença, Raúl (dir de.) (1924-27), *Guia de Portugal*, Edição de 1991-96, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sarmiento, Jacob de Castro (1753), *Apendix ao que se acha escrito na matéria médica do Dr. J. de Castro Sarmiento sobre a natureza, contentos, efeitos e uso práctico, em forma de bebida e banhos, das águas das Caldas da Rainha, participado ao público em uma carta escrita ao Dr. João Mendes Saquet Barbosa, sócio da Sociedade Real de Londres, a que se junta o novo método de fazer uso da água do mar, na cura de muitas enfermidades crónicas, em especial nos achaques das glândulas*, Londres, s.n.
- Silva, F. Francisco Ribeiro da (1979), Pirataria e curso sobre o Porto. (Aspectos seiscentistas). In Separata da *Revista de História*, vol. II, Porto.
- Idem (1985), O curso inglês e as populações do litoral lusitano (1580-1640). In *Actas do Colóquio "Santos Graça" de Etnografia Marítima*", vol. III.
- Sequeira, Eduardo (1889), *À beira-mar*, Porto, Livraria Cruz Coutinho Editora.
- Vasconcelos, Leite de (1886), *Romanceiro português*, Edição de 1958, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Zurara, Gomes Eames de (c.1464), *Crónica dos Feitos da Guiné*, Edição de 1949, Ed. Dias Dinis, Lisboa.





## Análise da Efetividade do Manejo de duas Áreas de Proteção Ambiental do Litoral Sul da Bahia

### *The management effectiveness of two protected areas in the south coast of Bahia State, Brazil*

Artaza-Barrios, O. H. \*

*Flora Brasil – Itamarajú (BA)*

Schiavetti, A.\*\*

*UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz (BA)*

---

#### RESUMO

O presente estudo avalia a efetividade do manejo de duas unidades de conservação localizadas no litoral sul da Bahia: Área de Proteção Ambiental da Costa de Itacaré –Serra Grande e Área de Proteção Ambiental de Caraíva – Trancoso. Este estudo parte da hipótese de que somente as APA que sejam efetivamente implantadas e manejadas podem colaborar para a proteção da biodiversidade local. A metodologia empregada no presente estudo avalia as condições de manejo através de quatro âmbitos fundamentais para a sustentabilidade em longo prazo das unidades de conservação: ambiental; social; econômico; institucional. Os resultados apontam que a APA Costa de Itacaré - Serra Grande se encontra numa situação de manejo regular, atingindo um grau de efetividade do seu manejo de 61,6% do seu nível ótimo de manejo, enquanto que a APA de Caraíva – Trancoso se encontra numa condição de manejo extremamente precário, alcançando apenas 18,5% da sua situação ótima. Como conclusão observa-se que estas unidades de conservação não estão contribuindo de maneira efetiva para a conservação dos recursos naturais e tampouco para a melhoria da qualidade de vida da população local. Desta forma, os objetivos de manejo para os quais estas unidades foram criadas não serão atingidos em médio e longo prazos.

**Palavras-chave:** Área de Proteção Ambiental, Sul da Bahia, Conservação

---

\* [artazaflora@hotmail.com](mailto:artazaflora@hotmail.com), *Biólogo, MSc em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente*

\*\* [aleschi@nesc.br](mailto:aleschi@nesc.br), *Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), Rod. Ilhéus - Itabuna, km 16, Salobrinho, 45662-000, Ilhéus, Bahia, Brazil*

## ABSTRACT

The present study evaluates the management effectiveness of two protected areas located in the south coast of the State of Bahia, Brazil: Environmental Protected Area of the Costa de Itacaré – Serra Grande and Environmental Protected Area of Caraíva - Trancoso. The hypothesis of investigation is that only Environment Protected Areas (APA – in Brazil) that are effectively implemented and are under management are able to contribute to the protection of local biodiversity. The methodology used in this study evaluates the management conditions, taking into consideration four aspects that are considered fundamental to the sustainability in long terms of the units of conservation: 1. ambiental; 2. social; 3. economical; and 4. institutional. The results indicate that the APA of Itacaré – Serra Grande actually presents a regular level of management, reaching 61.6% of effectiveness, while the APA of Caraíva - Trancoso shows a management level extremely precarious, reaching only 18.5% of efficiency. In conclusion, it is noted that the present management carried out in those units of conservation is not efficient in providing conservation of natural resources or in improving the welfare of local population. Therefore, in keeping the actual management condition of these protected areas, in a medium and long terms, one can assume that the conservation goals for which the units had been created will no longer be achieved, what risks the public resources already invested in these areas.

**Keywords:** Environmental Protect Areas, South of Bahia State, Conservation

## 1. Introdução

As Unidades de Conservação (UC) são regiões do território que em virtude de seus atributos físicos, biológicos, de beleza cênica ou capacidade recreativa merecem ou precisam ser tratados de forma especial. Estes cuidados especiais se referem à proteção e manejo adequados, de forma que garanta a manutenção destes atributos ao longo do tempo.

Fica evidente que apenas o ato administrativo de criar uma UC não garante sua efetiva implementação, requerendo do órgão gestor (governo federal, estadual, municipal ou proprietário particular) estabelecer as condições adequadas de infra-estrutura, de pessoal e de regularização fundiária que permitam de fato proteger a área.

Uma outra ferramenta importante para a implementação das UC consiste na elaboração de bons planos de manejo, adequados à realidade da UC, e a definição de sua zona de amortecimento. Essas são as ferramentas indispensáveis para a definição de diretrizes de uso que permitam as comunidades de dentro e de fora da UC conhecer a forma de conduta que se espera delas, a fim de contribuir com a manutenção dos atributos naturais da área.

Sabe-se que o manejo efetivo de UC depende de vontade, conhecimento e planejamento. É necessário ter um conhecimento claro dos problemas e de suas causas dentro de uma visão geral da unidade (Padovan, 2004).

A profissionalização do manejo das UC requer também o domínio de ferramentas de avaliação que irão apontar as fragilidades e fortalezas do manejo que vem sendo realizado, de forma a corrigir rumos e estabelecer novas metas.

Diversos estudos vêm sendo realizados nos últimos anos para desenvolver metodologias de avaliação que permitam conhecer o grau de implementação de áreas protegidas (Faria, 1997; Izurieta et al., 1999; Padovan, 2001; Mesquita, 2002; Alves, 2002), inclusive em áreas marinhas. No Brasil, Mesquita (1999) e Padovan (2001) realizaram estudos sobre a efetividade de manejo em áreas costeiras, encontrando Unidades de Conservação que possuíam nenhum nível de implantação (Área de Proteção Ambiental Paulo Cear Vinha - ES) até unidades que estavam efetivamente implantadas (Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Morato - PR). No Hawaí, Tissot *et al.* (2003) desenvolveram pesquisas em nove áreas protegidas da costa oeste da ilha com intuito de observar se as áreas protegidas estavam de fato protegendo os recursos naturais. O resultado destes trabalhos demonstra que as áreas protegidas bem implantadas são peça fundamental na proteção e conservação da biodiversidade e recomendam a implantação de um amplo programa de monitoramento estatal.

A proposta deste trabalho é a de realizar uma avaliação da efetividade do manejo em duas Áreas de Proteção Ambiental – APA na Bahia, inseridas na área do Corredor Central da Mata Atlântica, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e no Sítio do Patrimônio Natural Mundial.

## 2 . Caracterização das Unidades de Conservação Estaduais do Estado da Bahia

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado da Bahia protege 6.434.218 ha, o que representa pouco mais de 10% de todo seu território.

Considerando apenas as UC da categoria de Proteção Integral, o Estado protege apenas 65.854 ha, ou **0,12%** do seu território, o que mostra que o Estado da Bahia realiza poucos esforços para conservar a biodiversidade e os ecossistemas mais importantes do seu território.

O governo federal protege, apenas na porção baiana do Corredor Central da Mata Atlântica, em unidades de proteção integral, 146.402 ha, incluindo neste valor os três Parques Nacionais terrestres e o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, o que representa pouco mais de 0,20% do território baiano.

Quanto às RPPN, categoria de unidade de conservação privada que passou a fazer parte do sistema nacional em 2000, depois da sanção da Lei Federal 9.985/00, atualmente abrangem 0,06% do território da Bahia e protegem efetivamente 34.245ha, ou seja, metade do que o estado da Bahia protege em UC de proteção integral.

Como fica demonstrado nos dados apresentados acima, as UC de Uso Sustentável, principalmente APA, são o pilar da estratégia estadual de conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e dos diversos ecossistemas presentes no estado.

No ano de 1985 foi criada a primeira APA estadual da Bahia, a APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho, com uma superfície de 11.900ha. A partir desse momento, observa-se que o estado praticamente assume a criação de APA como política de conservação dos recursos naturais, pois em vinte anos foram criadas mais 31 APA no estado, atingindo os atuais 5.972.871ha sob esta categoria de UC (TABELA 1). Em termos percentuais, isto quer dizer que de todo o território protegido por UC estaduais, as APA representam 98,9%.

Cabe neste momento lembrar que APA é uma categoria de UC de Uso Sustentável, onde geralmente não há desapropriação de terras, o que significa que o Estado evita, dentre outras questões, o pagamento de indenizações, além do desgaste político e social que representa a remoção de populações residentes na área.

Embora a política do Estado da Bahia em proteger seus recursos naturais estar sendo conduzida através da criação de APA, pouco tem sido feito para implementar as unidades criadas. Uma rápida revisão de alguns dos principais indicadores de presença do Estado nestas UC dá uma idéia da situação atual das APA baianas. A TABELA 2 traz alguns itens necessários para o funcionamento de uma unidade de conservação.

A APA de Pratigi aparece nesta tabela com Conselho formado, pois ele está legalmente instituído, porém não se reúne há mais de um ano. Recentemente houve uma iniciativa, por parte do órgão executor da gestão da Unidade (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH), de reativá-lo, mas até o presente momento não houve mudança nesta situação. Portanto, das dez APA do litoral Sul da Bahia, todas localizadas em Pólos de desenvolvimento do turismo, ou seja, sujeitas a grande pressão dos seus recursos naturais, apenas quatro contam atualmente com Responsável Legal Nomeado (R.L.N.), duas têm Conselho instituído e em nenhuma delas o R.L.N. mora na unidade. Ainda, sete das dez APA trocaram seu R.L.N. nos últimos cinco anos, acarretando perdas na continuidade das ações que estavam sendo desenvolvidas, a exemplo das APA de Pratigi e da Costa de Itacaré - Serra Grande.

Tabela 1. Área das Unidades de Conservação do Estado da Bahia.

<i>Unidades de Conservação (Categorias)</i>	<i>Área (ha)</i>
1. ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAIS	5.972.871
2. ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAIS	40.805
3. PARQUES NACIONAIS	289.965
4. PARQUES ESTADUAIS	58.096
5. PARQUES MUNICIPAIS	7.275
6. RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL	34.245
7. ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL	6.954
8. ÁREA ESTADUAL DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	12.168
9. MONUMENTO NATURAL	804
10. OUTRAS CATEGORIAS	11.035
<b>TOTAL BAHIA</b>	<b>6.434.218</b>

FONTE: SEMARH, 2007

Tabela 2. Indicadores de governança nas APA do Litoral Sul da Bahia.

APA	Conselho Instituído	Responsável Legal Nomeado (R.L.N.)	Quantos R.L.N. nos últimos 5 anos	Sede na APA
Guaibim	Não	Não	1	Não
Pratigi	Sim	Não	2	Não
Tinharé Boipeba	Não	Sim	2	Não
Baía de Camamu	Não	Não	-	Não
Costa de Itacaré Serra Grande	Sim	Sim	2	Sim
Lagoa Encantada e Rio Almada	Sim	Sim	1	Sim
Santo Antônio	Não	Não	2	Não
Caraíva Trancoso	Não	Sim	3	Não
Coroa Vermelha	Não	Não	3	Não
Ponta da Balcia Abrolhos	Não	Não	2	Sim

FONTE: SEMARH, 2005

Este quadro não se restringe apenas às APA baianas e sim parece ser uma realidade que atinge esta categoria de manejo. Côrtes (2003) aponta que, dentre as vinte APA estaduais de São Paulo, apenas três conseguiram instituir até àquela data seus colegiados.

Moraes (2004) assegura que as APA não existem de fato e que por esse motivo acabam sendo negativamente avaliadas por profissionais preservacionistas. Para o Estado da Bahia, estas UC estão relacionadas a regiões com grandes projetos de desenvolvimento turístico, tais como a estrada BA 001. De fato, o Governo baiano, ao criar dezenas de APA em áreas com forte apelo turístico, fortalece a visão de que esta categoria está sendo utilizada, em muitos casos, apenas para favorecer o processo de ocupação turística das áreas.

Mesmo com estes argumentos contra as APA, Röper (2000), Cabral *et al.*, (2001), Côrtes (2003) e Moraes (2004), levantam posições no sentido de que estas UC propiciam uma importante oportunidade para que, através das ferramentas de planejamento e gestão colocadas à disposição, estimulem e fortaleçam as mudanças de atitudes necessárias ao estabelecimento de uma nova relação entre homem e natureza.

### 3. Materiais e Métodos

A Área de Proteção Ambiental - APA Costa de Itacaré/Serra Grande – foi criada pelo Decreto Estadual nº 2.186 de 07/06/93, localizando-se no litoral Sul da Bahia, (39° 16' 55" e 38° 58' 2" Oeste e

14° 12' 55" e 14° 32' 0" Sul). A área avaliada neste trabalho corresponde aos limites da unidade antes de sua recente ampliação através do Decreto Estadual nº 8.649 de 22 de setembro de 2003 e que aumentou a área da APA dos 14.925 ha iniciais para os atuais 62.000 ha. A criação da APA está associada ao asfaltamento do trecho da BA-001, que liga Ilhéus a Itacaré. Os recursos para o asfaltamento vieram principalmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio de um programa de investimentos em infra-estrutura para o desenvolvimento do turismo em vários locais do nordeste.

A APA de Caraíva – Trancoso foi instituída pelo decreto estadual nº 2.215 de 14 de junho de 1993 e compreende uma área de 31.900ha, localizada na região litorânea do Município de Porto Seguro, no extremo sul do Estado da Bahia. Suas coordenadas geográficas são 39° 14' 9" e 39° 5' 8" Oeste e 16° 35' 18" e 16° 51' 0" Sul. O acesso a APA é através da rodovia BA-001 ou desde Porto Seguro por balsa, atravessando o Rio Buranhém em direção à Arraial D'Ajuda, seguindo por caminho asfaltado até o entroncamento com a BA-001.

Para a realização deste trabalho adotou-se o conceito de manejo definido pela Lei 9.985/00 (SNUC), no qual se refere ao manejo como: "todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas". O método adotado neste trabalho tem

como enfoque a avaliação das condições de manejo, uma vez que para medir a qualidade do ambiente são requeridas informações consistentes e sistemáticas sobre o estado dos recursos e dos processos ecológicos, medição esta que apresenta um elevado custo financeiro.

O método considera quatro âmbitos como fundamentais para se atingir a sustentabilidade de longo prazo das unidades de conservação. São estes: o âmbito ambiental; social; econômico e institucional (Izurieta, *et al.* 1999).

Cada âmbito abaixo foi avaliado por um especialista na área e no fim do processo todos os membros da equipe reuniram-se para, em conjunto com o coordenador da equipe, o gestor da unidade de conservação e mais três membros das comunidades das APA estudadas, realizarem a pontuação final.

1. âmbito *ambiental*: avalia os aspectos relacionados com a categoria de manejo, a biodiversidade e a diversidade cultural presentes na área, assim como as demais condições que favorecem a viabilidade ecológica;
2. âmbito *social*: aborda os mecanismos institucionais e as estratégias para a integração da unidade de conservação com as populações de dentro e do entorno;
3. âmbito *econômico/financeiro*: avalia os benefícios decorrentes da implantação da unidade de conservação para as comunidades de dentro e ou do entorno da área, bem como a disponibilidade dos recursos financeiros necessários ao manejo adequado;
4. âmbito *institucional*: avalia os fatores relacionados ao planejamento, legislação, infra-estrutura, pessoal e demais aspectos institucionais que influenciam no manejo.

A avaliação da efetividade do manejo da unidade de conservação foi baseada nos critérios descritos em Padovan (2004).

Com base neste método os âmbitos estão estruturados em princípios, critérios e indicadores, sendo que:

- os princípios são considerados como as “leis” ou “verdades fundamentais” sob as quais se organizam os critérios e indicadores. Os princípios têm como principais características serem condições relevantes e indispensáveis para

alcançar o objetivo e refletem o “estado desejado”;

- os critérios caracterizam os elementos essenciais ou o conjunto de condições mediante os quais se pode avaliar o manejo. Os critérios estão em um nível hierárquico imediatamente inferior aos princípios e têm como função demonstrar o grau de adesão ao princípio a ele relacionado;
- os indicadores possibilitam mensurar os critérios, já que estes não podem ser medidos diretamente. Os indicadores estão em um nível hierárquico inferior aos critérios e evidenciam as mudanças das condições do sistema a ser avaliado.

Para cada indicador são utilizados gradientes de condições onde o menor nível equivale a zero e o nível ótimo corresponde a quatro. Quando o indicador cumpre parte dos requisitos de um nível (e parte do nível acima (por exemplo nível 1 e 2), deverá receber nota intermediária (nota final 1,5). Os valores percentuais alcançados pelos indicadores são interpretados em termos de eficácia do manejo, tendo como referência cinco níveis definidos de acordo com Cifuentes *et al.* (2000).

No total foram avaliados 65 indicadores (Padovan, 2004) que, após a somatória dos pontos atribuídos, dentro de cada âmbito, tiveram seu total transformado em porcentagem e comparados com o percentual ótimo de manejo recomendados em Cifuentes *et al* (2000), que consideram que:

- **< 35 % ou manejo insatisfatório**, indica que a unidade de conservação carece dos recursos mínimos necessários para seu manejo básico e, portanto, não garante sua permanência em longo prazo e com estas condições não é possível alcançar os objetivos de conservação.
- **36-50 % manejo pouco satisfatório**, significa que a área possui certos recursos que são indispensáveis ao manejo, mas que ainda não alcança o mínimo aceitável. A área está em uma condição de alta vulnerabilidade a fatores externos e internos e não existem garantias de sua permanência em longo prazo.
- **51-75 % ou manejo regular**, significa que a área possui os requerimentos mínimos para o manejo, mas apresenta deficiências essenciais que não permitem estabelecer uma base sólida para o

manejo efetivo. As condições do manejo podem comprometer a integridade dos recursos e o cumprimento dos objetivos de manejo pode ser parcial.

- **76-89 % manejo satisfatório**, indica que as atividades de manejo estão sendo atendidas adequadamente, pois a área possui as condições necessárias. Existe um equilíbrio dinâmico entre os âmbitos do manejo e o conjunto tende ao cumprimento dos objetivos de manejo. A permanência da área estaria garantida sob estas condições.
- **90-100 % manejo muito satisfatório**, ou seja, a área conta com todos os meios para um manejo eficiente e tem possibilidades de absorver certas exigências do futuro sem comprometer a conservação do recurso. O cumprimento dos objetivos da área estaria garantido em longo prazo.

A base para a avaliação foi obtida por meio da triangulação de três fontes de informação:

- revisão de documentos, como: plano de manejo e Zoneamento Econômico-Ecológico, atas das reuniões do Conselho, processos de vistoria em andamento e encerrados, processos de licenciamento em andamento e encerrados, artigos científicos, teses e dissertações realizados com autorização do órgão executor, correspondência interna entre o órgão executor e o Responsável Legal, mapas e fotografias aéreas da região e informações socio-econômicas. Para ambas APA os documentos plano de manejo e vistorias em andamento e encerrados eram obrigatórios, sendo que os outros documentos auxiliaram no processo de análise;
- observações de campo e;
- entrevistas abertas com atores e setores de interesse, tais como: visitantes, moradores de dentro e do entorno, lideranças locais relacionadas com o manejo da área, técnicos do órgão gestor e da unidade de conservação. Os entrevistados foram voluntários que se prontificaram a participar do trabalho após reunião do Conselho Gestor (APA Costa de Itacaré/Serra Grande) ou reunião participativa (APA Caraíva-Trancoso). A divisão entre os atores foi a da paridade, com no mínimo um entrevistado para cada setor de interesses. Estas entrevistas subsidiaram a

avaliação dos âmbitos social e econômico/financeiro.

As atividades de avaliação consistiram em:

- Seleção e reunião dos documentos necessários;
- Seleção dos locais de visita, de acordo com o R.L.N. e imagens de satélite Landsat (bandas 3, 4 e 5) de 2000, para a identificação das localidades com conflitos legais ou em áreas de impactos ambientais relevantes;
- Elaboração dos roteiros das entrevistas;
- Permanência na unidade por pelo menos quatro dias, para conhecimento e contato com a população;
- Reunião final de consenso, com a participação do R.L.N., da equipe de avaliação e de representantes da comunidade.

Assim o avaliador de cada âmbito chegou, ao final de quatro dias, a pontuar, na escala de zero a quatro, cada indicador dentro do âmbito para o qual foi selecionado (TABELA 3). Além de pontuar, identificou e elencou as principais justificativas que permitiram chegar a essa pontuação.

Finalmente, no quinto dia de avaliação o grupo de avaliadores se reuniu com o Conselho, alguns membros da comunidade (onde há Conselho, os representantes são os conselheiros, onde não havia Conselho atentou-se para a participação de setores mais atuantes possíveis e conhecedores da região) e com o Responsável Legal. Neste momento se iniciou a revisão da pontuação atingida por cada indicador e a nota (do avaliador) foi discutida com o grupo, sendo obtida, segundo o método descrito em Izurieta et al (1999), através do consenso. Para a obtenção do consenso foi estabelecido que cada avaliador justificasse a pontuação indicada para cada parâmetro e, caso não houvesse questionamentos, esse seria a pontuação atribuída. Caso houvesse discordância foi encontrada a média da pontuação para o item atribuída pelo avaliador e pelos demais presentes.

Tabela 3. Indicadores utilizados para a avaliação do âmbito social na APA CARAÍVA - TRANCOSO e suas respectivas pontuações.

Indicador	Pontuação	Média do âmbito
.1.1 A unidade de conservação possui um conselho gestor que facilita a integração da sociedade civil no manejo da área	0,0	0,5
.1.2 Estratégias de integração entre a população e a unidade de conservação	0,0	
.1.3 Os mecanismos de integração estabelecidos incorporam os diferentes atores sociais e consideram suas particularidades técnicas, culturais, de gênero, religiosas e de idade	0,0	
.1.4 População alvo informada e envolvida com a implementação das ações de integração	0,5	
.1.5 A unidade de conservação e as comunidades locais desenvolvem ações conjuntas para o manejo da área	0,0	
.1.6 Manifestam-se atitudes favoráveis ao manejo da UC	0,0	

## 4. Resultados e Discussão

### 4.1. APA Costa de Itacaré-Serra Grande

A APA Costa de Itacaré/Serra Grande atingiu, no processo de avaliação, 61,6 % do ótimo, representando condições de manejo regular. Isto significa que, a área possui os requisitos mínimos para o manejo, mas apresenta deficiências essenciais que não permitem estabelecer uma base sólida para o manejo efetivo. As condições do manejo podem comprometer a integridade dos recursos e o cumprimento dos objetivos de manejo podem ser parciais. Na FIGURA 1 apresenta-se os resultados obtidos pelos quatro âmbitos avaliados.

A análise comparativa dos quatro âmbitos avaliados evidencia que esta unidade apresentou condições de manejo muito próximas e equilibradas. Este resultado reflete em parte, os esforços realizados nos últimos oito anos por organizações governamentais como a Secretaria de Investimentos em Turismo – SUINVEST; o Centro de Recursos Ambientais – CRA; a Companhia de Desenvolvimento da Bahia – CONDER dentre outras e reflete também e, principalmente, o esforço constante de uma parcela significativa da comunidade de Serra Grande e de Itacaré que acreditou na APA e se dispôs voluntariamente a trabalhar pela sua implementação. Por último, este resultado ainda reflete o forte engajamento que algumas organizações não governamentais tiveram e têm com o manejo desta unidade de conservação, tais como: o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia – IESB, que nos últimos anos tem disponibilizado vários de seus técnicos e seu conhecimento acumulado para

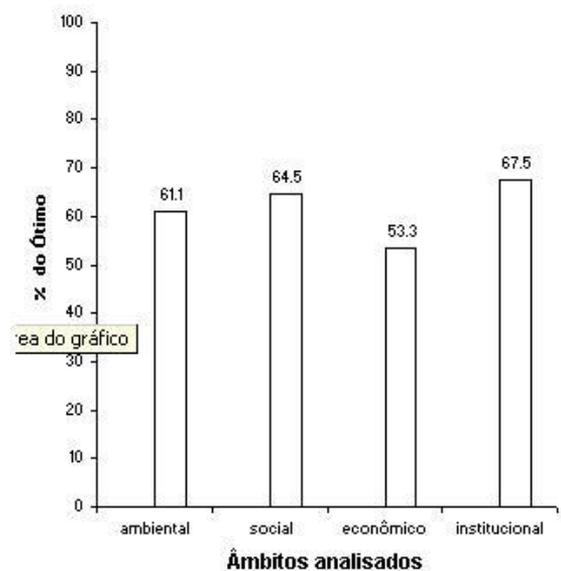


Figura 1. Pontuação dos âmbitos avaliados no manejo da APA ITACARÉ - SERRA GRANDE.

apoiar a implementação da APA. Outras ONG também demonstraram seu apoio em diversos momentos para a APA, dentre elas a Conservação Internacional (inclusive financiando parte deste estudo) e a ONG Floresta Viva.

A análise dos resultados evidencia o grau de fragilidade do manejo desta UC. A implementação e o ótimo manejo de uma unidade de uso sustentável requerem um forte arranjo institucional, com várias organizações cooperando para o sucesso da unidade. Isto quer dizer que, uma mudança neste arranjo institucional, que tem permitido a implementação da APA, pode comprometer o manejo futuro da UC.

#### 4.2. APA Caraíva-Trancoso

A APA Caraíva-Trancoso atingiu um resultado de 18,5 % do ótimo esperado. Conforme o método adotada neste estudo, este percentual encontrado indica que o manejo da APA é insatisfatório. Apenas o âmbito ambiental se encontra acima dos valores atribuídos ao conceito insatisfatório e se situa no conceito pouco satisfatório. Ou seja, no conjunto, a unidade foi muito mal avaliada e conforme a metodologia “a unidade de conservação carece dos recursos mínimos necessários para seu manejo básico e, portanto, não garante sua permanência em longo prazo e com estas condições não é possível alcançar os objetivos de conservação”. A FIGURA 2 resume os resultados dos âmbitos.

Observa-se, a partir dos resultados apresentados na Figura 2, que existe uma forte disparidade no manejo da APA para os âmbitos avaliados. Enquanto o âmbito ambiental é avaliado com 42 % do ótimo o âmbito econômico/financeiro e o social são avaliados com 10,8 e 12,5%, respectivamente. No caso do âmbito social, por exemplo, apenas um dos seis indicadores avaliados recebeu 0,5 ponto, os outros cinco receberam nota zero (TABELA 4).

No âmbito econômico/financeiro dos 13 indicadores avaliados, sete receberam nota zero, um recebeu nota 0,5 e 5 indicadores receberam nota 1. No âmbito ambiental, que obteve 42% do ótimo, dos 19 indicadores avaliados, dois indicadores receberam nota zero; um indicador nota 0,5; seis indicadores receberam nota 1; dois indicadores receberam nota

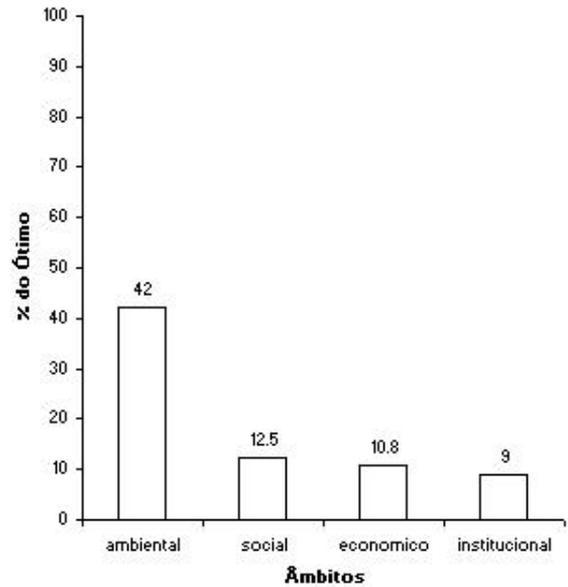


Figura 2. Pontuação dos âmbitos avaliados no manejo da APA CARAÍVA - TRANCOSO.

1,5; 3 indicadores terminaram com nota 2,5 e 4 indicadores com nota 4 (a maior pontuação da escala).

Os indicadores que receberam a maior pontuação do âmbito ambiental são os indicadores que medem a qualidade técnica dos trabalhos que definiram a unidade em relação as suas características de biodiversidade, paisagens, cultura etc. O outro indicador deste âmbito que recebeu nota 4 foi o indicador que também se refere a informações técnicas sobre a forma em que a unidade foi criada.

Tabela 4. Indicadores utilizados para a avaliação do âmbito social na APA CARAÍVA - TRANCOSO e suas respectivas pontuações.

Indicador	Pontuação	Média do âmbito
.1.1 A unidade de conservação possui um conselho gestor que facilita a integração da sociedade civil no manejo da área	0,0	0,5
.1.2 Estratégias de integração entre a população e a unidade de conservação	0,0	
.1.3 Os mecanismos de integração estabelecidos incorporam os diferentes atores sociais e consideram suas particularidades técnicas, culturais, de gênero, religiosas e de idade	0,0	
.1.4 População alvo informada e envolvida com a implementação das ações de integração	0,5	
.1.5 A unidade de conservação e as comunidades locais desenvolvem ações conjuntas para o manejo da área	0,0	
.1.6 Manifestam-se atitudes favoráveis ao manejo da UC	0,0	

A APA Costa de Itacaré - Serra Grande também recebeu, nos mesmos indicadores, notas altas, o que mostra neste ponto que os trabalhos técnicos que levaram à escolha da unidade, dos ecossistemas que a mesma protege e os objetivos de conservação são bem elaborados e consistentes. Porém, o bom resultado da APA pára neste critério, pois os indicadores não conseguem superar a nota 1,5.

No âmbito institucional, no qual a APA mostrou uma performance um pouco melhor, a análise dos indicadores nos mostra que dos 29 indicadores avaliados, 10 receberam a pior pontuação possível (zero); três indicadores ficaram com nota 0,5; seis com nota 1; três com nota 2; um indicador recebeu nota 2,5; dois receberam nota 3; um com nota 3,5 e apenas um indicador conseguiu receber a nota máxima (4).

Dos indicadores que receberam melhor pontuação (entre 3 e 4), um se refere aos acessos da unidade, o indicador 7.5.4, que recebeu nota 3; já o indicador que recebeu nota 4, se refere ao *status* legal da área e o que recebeu nota 3,5 se refere aos regulamentos, normas e procedimentos de uso dos recursos naturais. Portanto, analisando-se os únicos indicadores que recebem melhores pontuações pode-se afirmar que

estes não foram devidos a ações do manejo na Unidade em si e sim dependente ou do sistema legal de gestão de UC do Estado instituído ou de infraestrutura externa.

Quando é o próprio manejo que é avaliado, as notas não conseguem o mínimo necessário para indicar um manejo no mínimo pouco satisfatório, dificultando com isso a sustentabilidade em longo prazo da unidade de conservação.

As observações realizadas pela equipe em campo e pelo enquadramento da APA como de manejo insatisfatório mostram claramente o panorama complicado e difícil desta unidade. O R.L.N não mora na UC, não tem uma agenda de trabalho conhecida com a população e nem com os empreendedores que estão implantando projetos de qualquer natureza na área. A vontade de envolvimento da comunidade é evidente, porém é confusa e não possui um canal formal para se manifestar. Em resumo, a APA de Caraíva – Trancoso é uma Unidade de Conservação do Estado da Bahia que não está cumprindo seu objetivo básico de manejo.

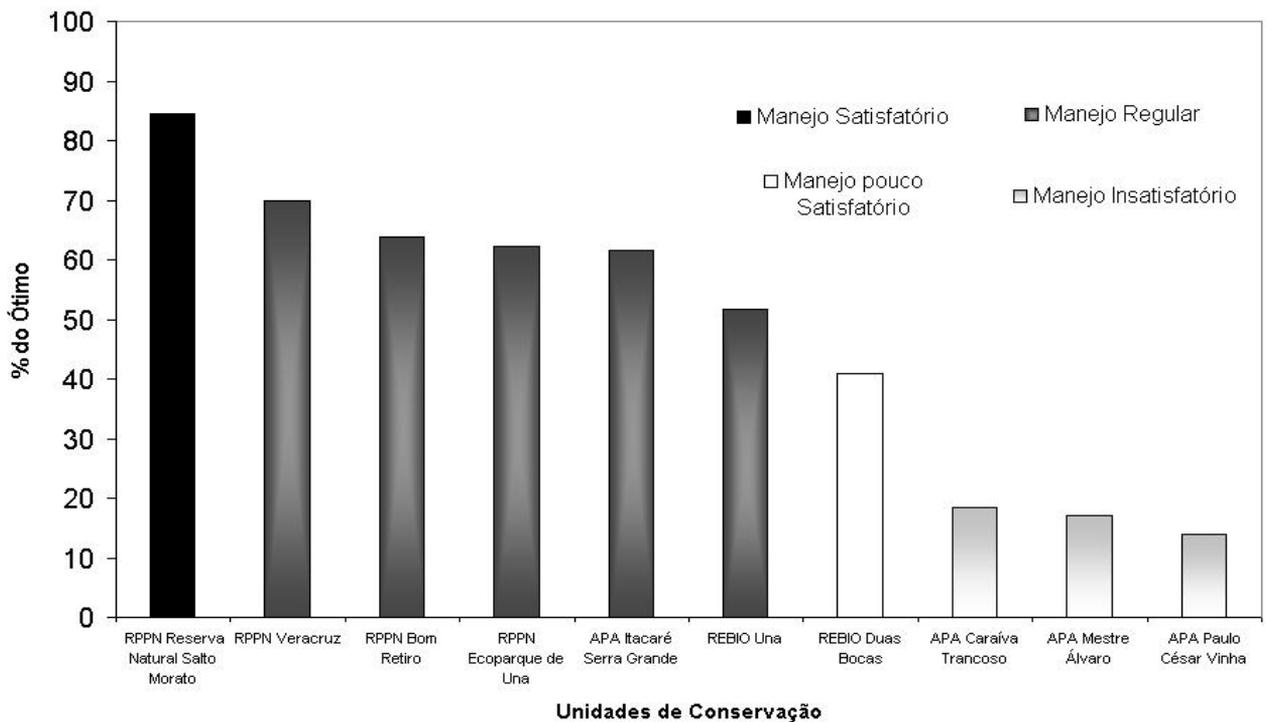


Figura 3. Comparação entre as avaliações de efetividade de manejo em UC na Mata Atlântica.

### **4.3. Comparação com outras Unidades de Conservação da Mata Atlântica.**

O mesmo método de avaliação da efetividade de manejo utilizada neste estudo foi utilizada para avaliar outras categorias de UC, como as RPPN Reserva Salto Morato, Veracruz, Bom Retiro e Ecoparque de Una, avaliadas por Mesquita (2002); as Reservas Biológicas de Una (BA) (Artaza, dados não publicados) e Duas Bocas (ES) e as APA do Espírito Santo, sendo estas três últimas parte da amostra de UC avaliadas pela equipe do IPEMA (relatório interno) em 2003. A comparação do sucesso de manejo destas UC está apresentada na FIGURA 3.

No caso da APA de Itacaré Serra Grande e, em função da informação disponível, é possível dizer que esta unidade está num nível de implementação que lhe permite, em parte, melhorar a qualidade de vida da população e proteger parcialmente os recursos naturais do território. É importante lembrar que estes processos são altamente dinâmicos e que avaliações positivas ou negativas podem ser revertidas no curto prazo se mudarem as condições. Isso reforça a necessidade de continuidade para a implementação da unidade, que ainda está longe de ser um modelo ideal.

No caso da APA de Caraíva –Trancoso esta não promove a melhoria da qualidade de vida da população e nem protege seus recursos naturais. A conservação na unidade é ineficiente e carece das condições mínimas de manejo para garantir a manutenção em longo prazo de suas características naturais.

As APA apresentaram comportamentos distintos, sendo que APA com um mínimo de implementação pelo Estado, com apoio social e interinstitucional e com algum aporte de recursos financeiros, mostra o mesmo nível de desempenho, ou até maior, que unidades de proteção integral. Por outro lado, as APA que não possuem o mínimo de implementação, nem apoio social e aporte de recursos não atendem às exigências mínimas que garantam a manutenção dos ambientes e recursos naturais que deveriam estar protegendo.

As unidades de conservação costeiras fazem parte de uma estratégia de gestão nacional dos recursos naturais. Dentre elas, o controle da entrada de sedimentos nos estuários, o que garante a manutenção dos processos biogeoquímicos e a dinâmica física das praias abrangidas por estas unidades.

A adoção do zoneamento ecológico-econômico como instrumento de gestão estabelece normas para que haja atividades econômicas e sociais nestas áreas, o que possibilita a ocupação ordenada da região costeira.

### **5. Recomendações**

A partir dos resultados desta pesquisa é possível levantar algumas condições que são fundamentais para o sucesso do manejo em unidades de usos sustentável, especialmente APA:

- É fundamental ter um programa permanente de monitoramento das atividades antrópicas com potencial impactante no interior da unidade. Para este monitoramento ser mais eficaz, o R.L.N. da APA deve promover os mecanismos necessários para obter informações que lhe permitam ter uma visão mais ampla da unidade ao longo do tempo. Imagens de satélite ou mosaicos de fotografias aéreas podem servir para essa finalidade, sendo importante a aquisição periódica das mesmas (com intervalos de no mínimo 2 e no máximo 4 anos);
- O monitoramento e fiscalização via terrestre pode ser potencializado através de sobrevôos com regularidade trimestral sobre todo o território da APA. Estes sobrevôos podem ser com ultra-leve, de forma a diminuir os custos da operação. Operação realizada com este sistema misto, que combina monitoramento aéreo e terrestre, foi utilizada durante um ano com sucesso na APA de Itacaré - Serra Grande;
- Estabelecer um mecanismo consistente de participação social, com funções bem definidas e cronograma estabelecido por consenso, pois um Conselho pode cumprir essa finalidade, porém deve demonstrar eficiência na busca por resultados concretos. Se não forem alcançados esses resultados concretos, o “esvaziamento” do Conselho é inevitável;
- Fortalecer permanentemente a base social da APA através de cursos, viagens de intercâmbio e outras iniciativas que visem o aprimoramento das associações e de suas lideranças;
- O órgão executor da gestão da APA deve escolher para trabalhar nas unidades de conservação, profissionais com o perfil adequado para o cargo. É de fundamental importância que as pessoas que vão lidar com APA, entendam perfeitamente

a dinâmica socioambiental desta categoria de UC;

- O órgão executor da gestão deve estabelecer claramente no Plano Operativo Anual – POA, instrumento de planejamento utilizado pelo Estado da Bahia para programar os gastos a serem realizados no ano fiscal subsequente, os recursos financeiros que serão disponibilizados para cada unidade e em que tempo. Estes recursos devem ser em quantidade suficiente para atender todas as necessidades básicas do manejo da UC. No caso da APA de Itacaré Serra Grande, o valor anual aproximado para ter um manejo adequado (tais como: combustível, monitoramento, manutenção da sede e funcionamento do conselho) é de R\$ 34.000,00. Este valor não inclui despesas com salários dos funcionários e nem encargos trabalhistas.
- O R.L.N. da unidade deve identificar na própria unidade ou no entorno, organizações da sociedade civil – ONG, com perfil técnico que possam auxiliar tanto no manejo quanto na captação de recursos para a UC. Em nenhum momento os recursos captados por ONG podem se transformar na única fonte de recursos da unidade. As ONG são parceiras do processo de implementação da unidade e não as mantenedoras.
- Elaborar e implementar um programa de sensibilização, comunicação e educação ambiental de forma a difundir, o mais amplamente possível, os objetivos da criação da unidade de conservação, seu plano de manejo e zoneamento. A expectativa é que cada cidadão, morador de uma APA, tenha plena consciência que mora numa área protegida, seja capaz de reconhecer sua propriedade no zoneamento e conheça as regras que a regem. O objetivo final deste trabalho deve ser o completo respeito às normas da APA e o apoio social a unidade.

## 6. Conclusões

Dos dados aportados por este trabalho conclui-se que é errada uma política estadual para conservação dos recursos naturais que tenha como estratégia principal as Unidades de Uso Sustentável. O Estado da Bahia tem uma grande dívida para com a sociedade baiana no que diz respeito a conservação integral da sua biodiversidade e deve mudar sua atual política de criação de UC dando prioridade para a criação de

Unidades de Proteção Integral de forma a proteger efetivamente nos próximos anos pelo menos **10 %** de cada um dos ecossistemas presentes no seu território

Desde o IV Congresso Mundial de Parques (Caracas, Venezuela) realizado em 1992, diversos caminhos foram trilhados no intuito de desenhar uma metodologia que fosse capaz de avaliar, com a maior objetividade possível, uma área protegida e, ao mesmo tempo, fosse um método para ser aplicado as mais diversas categorias de UC (Izurieta, 2000). A utilização do método aqui utilizado pode ser considerado como viável para esta comparação, já que é independente da categoria de Unidade de Conservação a qual se está avaliando.

A implementação de UC e a melhoria de seu manejo são como relatado em Dourojeanni & Pádua (2001), algo que se constrói aos poucos. O estudo ora apresentado representa apenas um ponto de partida, uma linha de base que permitirá que futuras avaliações possam comparar seus resultados com os obtidos neste.

## Agradecimentos

Ao Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia, pela logística e apoio.

## Referências bibliográficas

- Alves, S. (2002) - Gestão de áreas de proteção ambiental: um modelo em construção. *In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, 259–267. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fortaleza.
- Cabral, N. R.A. J.; Côrtes, M. R. e Souza, M.P. (2001) - Áreas de Protección Ambiental em Brasil y los conflictos en su administración. *Investigaciones geográficas*, 26:181-189
- Cifuentes, M.; Izurieta, A. V. e Faria, H.H. de, (2000) - *Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas*. WWF: IUCN: GTZ, Turrialba, 105 p.
- Côrtes, M. R. (2003) - *Colegiado Gestor em Área de Proteção Ambiental: análise de três experiências no Estado de São Paulo*. Tese, Universidade de São Paulo, Campus de São Carlos, SP 235 p
- Dourojeanni, M J. e Jorge Pádua, M.T. (2001) - *Biodiversidade a hora decisiva*. Curitiba, Editora da UFPR, 308 p.

- Faria, H. H. de (1997) - Avaliação da efetividade do manejo de unidades de conservação: como proceder? *In: I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, 478-499. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza Curitiba.
- Izurieta, A.; Cifuentes, M e Faria, H. H. de (1999) - *Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas*. Documento presentado para discusión en el Forest Innovations Project: de la teoría a la práctica, taller regional centroamericano. ATIE, Turrialba, 89 p.
- Izurieta, A. V. (2000b) - Estudo de caso nº 5. *In Evaluating Effectiveness A framework for assessing the management of protected áreas*. World Commission on Protected Areas (WCPA) IUCN, 121 p.
- Mesquita, C.A. (1999) - *Caracterización de las reservas naturales privadas en América latina*. Tesis Mag. Sc. CATIE. Turrialba, Costa Rica, 157 p.
- Mesquita, C. A. (2002) - Efetividade de manejo de áreas protegidas: quatro estudos de caso em Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Brasil *In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, 500-510. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fortaleza.
- Moraes, M. B. R. (2004) - *Área de Proteção Ambiental como agência de desenvolvimento sustentável: APA Cananéia-Iguape-Peruibe, SP*. São Paulo, Editora AnnaBlume/Fapesp 146 p.
- Padovan, M.P. (2001) - *Formulación de un estándar y un procedimiento para la certificación del manejo de áreas protegidas*. Tesis Master Science, CATIE, Turrialba, Costa Rica, 229p.
- Padovan, M. P. (2004) - Análise da situação do manejo das unidades de Conservação do Espírito Santo, Brasil. *In: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, 316-325. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba.
- Röper, M. (2000) - A difícil arte do planejamento participativo: a implementação da APA Estadual de Chapada dos Guimarães como exemplo de institucionalização territorial. *In: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, Vol. II, 69-78. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Campo Grande,.
- Tissot, B.N.; Walsh, W.J. & Hallacher, L.E. (2003) - *The Effectiveness of marine protected areas and the impacts of aquarium fish collecting in Hawaii*. West Hawaii Aquarium Project Technical Report. National Oceanic and Atmospheric Administration, Silver Springs, 22 p.